

Representação Mediática Sobre Mulheres na Política em Portugal

Maria João Pimenta Reis

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutora Sónia de Sá

janeiro de 2021

Dedicatória

Memórias. Memórias do teu sorriso, do teu amor, dos teus mimos, do teu apoio, da tua bondade, das tuas lições de vida, do teu orgulho em mim, de toda a força que me davas. Sem ti não seria quem sou hoje, sem ti não saberia o que é amar alguém incondicionalmente, sem ti nunca mais a minha vida foi a mesma. As memórias são a única coisa que me restam de ti. Por isso, te dedico Avó este meu esforço, para que fique também na memória que sem a força que ainda me dás, não teria sido possível.

Agradecimentos

Aos meus pais, não há palavras que consigam descrever a minha gratidão, pois vocês permitiram esta grande oportunidade de poder realizar o Mestrado que queria e sempre me apoiaram e acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditei em mim própria. Obrigada por toda a vossa paciência.

Aos meus avós pela força e confiança constante. A toda a minha família que nunca duvidou de que eu era capaz, com um especial agradecimento ao meu querido tio Toni e que me acompanhou ao longo deste percurso. Aos meus amigos do coração que sempre me apoiaram e me deram força para continuar. Em especial para a Rita, que sempre me acompanhou em tudo, para a Mariana, que sempre teve paciência para me ouvir, para o Nuno, que nunca duvidou das minhas capacidades e para a Silvana, que tantas memórias me trouxe. À Covilhã! À minha Covilhã.

À minha orientadora Professora Doutora Sónia de Sá por toda a ajuda na elaboração desta dissertação, sem si nada seria possível, estarei para sempre grata por tudo o que fez por mim.

Resumo

A presença da mulher no espaço político é recente e a sua aceitação como igual ao homem, apesar de ter registado alguns avanços, ainda está longe de acontecer. O espaço mediático apresenta-se aqui com um papel preponderante para que a igualdade seja alcançada. Com uma comunicação estratégica ativa, tanto de partidos políticos como dos média, torna o percurso da igualdade mais acessível. Apresentando os média como o elo de ligação e potencial molde de opiniões, sendo que, este trabalho conclui que só com uma abertura mais assertiva dos órgãos noticiosos, dos partidos e das assessorias é que será possível diminuir a atual desigualdade acentuada entre homens e mulheres na política e na opinião política mediática. Com uma metodologia assente em recolha bibliográfica, análise documental e de conteúdo e entrevistas semiestruturadas, o estudo contribui para a reflexão sobre o caminho para a igualdade de género numa sociedade marcadamente patriarcal como é a portuguesa.

Palavras-chave

Igualdade de género; Mulher-política; Média; Espaço Mediático; Política; Paridade.

Abstract

The presence of women in political space is recent and the acceptance as equal to man, despite some progress that have been made, is still far from happening. The media space is presented here with a preponderant role for equality to be achieved. With an active strategic communication, both from political parties and from the media, makes the path for equality more approachable. By presenting media as the link between the public sphere and the private sphere, media can be a potential mold of opinions. Being this said, this work concludes that only with a more assertive opening from the news agencies, the parties and the consultants is that will be possible to decrease the inequality between men and women in politics and on media political opinion. With a methodology based on bibliographic collection, documentary and content analysis and semi-structured interviews, this study contributed to a reflection about the path for gender equality in a markedly patriarchal society, like the Portuguese one.

Keywords

Gender equality; Political Women; Media; Media Space; Politics; Parity.

Índice

Lista de Tabelas.....	xiv
Lista de Gráficos.....	xvi
Lista de Acrónimos.....	xviii
Introdução.....	1
Capítulo 1.....	5
A mulher e a política	5
1.1. Ser mulher e o ativo político	8
1.2. Poder político e a desigualdade de género	18
Capítulo 2	29
A mulher-política e o espaço mediático	29
2.1. Média e política.....	32
2.2. Política mediática e as questões de género	35
2.3. A mulher-política no espaço mediático: vozes e vezes.....	39
Capítulo 3	46
Estudo empírico	46
3.1. Metodologia aplicada.....	48
3.1.1. Amostra	48
3.1.2. Objetivos	49
3.1.2.1. Objetivos específicos	49
3.1.3. Hipóteses	49
3.2 Resultados	50
3.3. Entrevistas semiestruturadas (políticos com assento parlamentar e candidatos à presidência da República).....	62
3.4. Discussão.....	67
4. Conclusões.....	68
Referências Bibliográficas	71
Entrevistas realizadas (guião e respostas)	73
Entrevista Marisa Matias	73
Entrevista Catarina Martins.....	76
Entrevista Jerónimo de Sousa	79

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de mulheres eleita Presidente da Câmara por distrito e ano	16
Tabela 2. Cronistas Jornal Expresso 12 de setembro	50
Tabela 3. Cronistas jornal Expresso 26 de setembro.....	51
Tabela 4. Cronistas Jornal Expresso 10 de outubro	53
Tabela 5. Cronistas jornal Expresso 24 de outubro	54
Tabela 6. Cronistas Jornal Público 12 de setembro.....	56
Tabela 7. Cronistas Jornal Público 26 de setembro.....	57
Tabela 8. Cronistas jornal Público 10 de outubro.....	58
Tabela 9. Cronistas jornal Público 24 de outubro	60

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Percentagem de mulheres nos parlamentos e governos da União Europeia a 28.....	17
Gráfico 2. Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: deputadas (valores em percentagem).....	21
Gráfico 3 (à esquerda). Evolução da proporção de mulheres e homens nas Câmaras Municipais.....	22
Gráfico 4 (à direita). Evolução da proporção de mulheres e homens nas Juntas de Freguesia.	22
Gráfico 5 (à esquerda). Evolução da proporção de mulheres e homens nas presidências Câmaras Municipais.....	23
Gráfico 6 (à direita). Evolução da proporção de mulheres e homens nas presidências das Juntas de Freguesia.	23
Gráficos 7. Tempo de comentário homens <i>vs</i> mulheres na SICN, RTP3 e TVI24 (2018, 2019)	42
Gráfico 8. Dados agregados da análise aos cronistas do Jornal Expresso	55
Gráfico 9. Dados agregados da análise aos cronistas do Jornal Público.....	61

Lista de Acrónimos

IA	Inteligência Artificial
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
BE	Bloco de Esquerda
PCP	Partido Comunista Português
IL	Iniciativa Liberal

Introdução

A presença da mulher como membro ativo na sociedade representa um longo caminho a percorrer até que se consiga adquirir igualdade de género absoluta. A sua sub-representação é algo factual, sendo que as mulheres são sub-representadas pelos média, no que toca à atividade política. Os produtores de informação não acham relevante publicar sobre a representação das mulheres, tornando assim a visibilidade das mulheres restrita, o que é, evidentemente, um problema para a afirmação política das mulheres.

Existe ainda uma profunda assimetria na quantidade e na qualidade de representação entre homens e mulheres (Souza, 2014) tanto na política como nos média, como iremos analisar neste estudo. Percebendo que a sub-representação das mulheres faz parte da nossa realidade, é necessário compreender que os média desempenham um papel central na vida política contemporânea (Miguel, 2002), uma vez que a comunicação representa um espaço de reconhecimento de diferenças, trabalhando lado a lado com a política, que representa um espaço de negociação de diferenças (Braga, 2020). Assim, a imagem transmitida pelos média influencia a perspetiva que a sociedade tem sobre os acontecimentos. E, pois, a sua ajuda para o combate à desigualdade de género é fulcral.

Neste seguimento, o principal objetivo deste trabalho é perceber se as mulheres na política são representadas pelos média, constatar se ainda existem estereótipos utilizados pelos média que criem desvantagens para as mulheres no campo político e se os média refletem um dos papéis mais importantes na sociedade como formadores de opinião. Para cumprir os objetivos a que se propõe, este trabalho começa com uma revisão de literatura sobre o percurso da mulher como parte da esfera pública e qual o papel que os média exercem sobre a mulher política.

O primeiro ponto desempenha um papel introdutório sobre a relação da mulher com a política, apresentando os principais obstáculos para a sua inserção no espaço político. O segundo ponto tem como objetivo contextualizar a presença da mulher na vida pública e a partir de quando é que foi possível a sua participação na política. E, visto que ainda é algo recente, serão expostas algumas das razões que fizeram com que a sua integração no espaço público fosse tão tardia. Será ainda aqui feita uma breve contextualização sobre o feminismo e o porquê de ser necessária uma transformação sobre a visão feminina para ser possível algum tipo de mudança.

Após esta contextualização histórica, abordaremos a desigualdade de género existente na esfera política. Aqui expomos o cenário português no que toca ao poder político e à desigualdade de género, mostrando que tipos de normas foram ou têm de ser implementadas para que a desigualdade de género diminua. Reflete-se ainda sobre o estereótipo de género, sobre a política ser um mundo de homens e sobre a desvantagem de a mulher ser avaliada mais pela sua aparência do que pelas suas capacidades, muitas vezes criticadas pela roupa que vestem, pelo seu peso e pela sua idade.

Sabendo que o espaço mediático é considerado um crucial elemento no posicionamento do ativismo feminino na sociedade, visto que pode ser aliado da política e da mudança do pensamento da sociedade em relação à presença das mulheres na política, o quarto ponto da revisão de literatura faz uma breve introdução acerca do espaço mediático da mulher política, onde será possível verificar o estigma ainda presente em relação às mulheres.

O ponto seguinte detém-se sobre o propósito de apresentar uma noção base do conceito média, de maneira a que se entenda a sua relação com a política – e a importância desta para a equidade na política e nos média. Neste ponto será ainda visto que no discurso jornalístico continua a haver o estereótipo de como deve ser uma mulher, mostrando a forte ligação a uma sociedade patriarcal, até ao presente.

Chegando ao último ponto do enquadramento teórico, encontramos o lugar da mulher política no espaço mediático, continuamente sub-representada e com menos visibilidade mediática que os homens. Neste ponto vai também ser referida a questão da aparência e a facto de o espaço político mediático permanecer uma área predominantemente de homens.

De seguida, é apresentado o papel preponderante da comunicação como mediador entre a política e a sociedade. A comunicação mostra ao cidadão que este pode ser ativo na sociedade, como uma parte incluída na toma de decisões, ou seja, faz com que o cidadão possa ter um papel mais ativo na sociedade. Esta parte procura esclarecer a função da comunicação estratégica como basilar numa democracia, visto ser percebida no exercício do poder efetivo e no exercício das negociações entre atores nas diversas áreas da esfera pública e privada da sociedade (Serrano & Barreto, 2018).

A parte empírica desta dissertação, por sua vez, consiste em duas análises. Numa primeira fase, irá ser analisada a quantidade de cronistas presentes nos artigos de opinião dos jornais Expresso e Público, onde o foco serão os cronistas políticos, com o

objetivo de apurar a existência ou inexistência de equidade entre homens e mulheres no espaço de comentário político. Posto isto, a segunda fase de análise passará pela análise de entrevistas a políticos portugueses, dirigentes partidários dos principais partidos com assento parlamentar portugueses e candidatas à Presidência da República Portuguesa. Pretendemos, assim, perceber a opinião destes líderes políticos acerca da representação das mulheres políticas no espaço mediático e que estratégias de solução encontram para que seja possível alcançar a igualdade e equidade entre homens e mulheres no âmbito político. Neste ponto ainda, perceberemos a visão sobre a equidade de género a partir do ponto de vista da assessoria de imprensa.

Capítulo 1

A mulher e a política

Na sociedade em que nos inserimos, a mulher ainda não é vista como um ser naturalmente político. Nota-se que até ao século XX era considerado como normal a forma discriminatória como a mulher era vista na sociedade. Foi só neste século que as discussões sobre uma mudança pela equidade começaram a surgir por parte das instituições internacionais, como as Nações Unidas e o Conselho da Europa, alertando para as discriminações baseadas no sexo como um sério problema social, que precisava de ser combatido. Com este cenário de mudança surgiu uma estratégia que reconhece os direitos das mulheres como direitos humanos, correntemente designada de *gender mainstreaming*¹ (Ferreira, Ventura, Rego, Tavares, & Almeida, 2015). Uma alteração que passou a integrar a perspetiva de género nas mais variadas áreas da sociedade, da política e dos média. Ainda assim, uma parte significativa do caminho para a igualdade de género, como abordaremos neste trabalho, está, ainda por percorrer.

A primeira parte deste estudo apresenta pontos essenciais da história do feminismo e da luta das mulheres em prol da igualdade de género, salientando quais os principais obstáculos que as mulheres encontram na vida política e que feitos já foram alcançados na defesa dos seus direitos como membros da sociedade. Retrata-se aqui, de uma forma mais abrangente em relação ao caso português, os primórdios da inserção da mulher na vida pública da sociedade, da política e dos média, e quais as melhorias – ou atavismos – que têm vindo a ser feitas ao longo dos tempos. Ora, a nossa análise incidirá, assim, sobre o processo de alcance de voz pública pela mulher em campos tradicionalmente masculinos, onde as lideranças são intrinsecamente ocupadas por homens brancos, muitas vezes, nos lugares políticos e de liderança mediática durante décadas, sem que a ausência de mulheres seja sequer questionada (Sá, 2020; Miskolci & Pelúcio, 2017).

Pretende, também, mostrar a necessidade da aceitação das mulheres políticas como uma mais valia para a resolução de problemas e para uma visão mais abrangente no tratamento de determinados assuntos, alguns dos quais beneficiam da participação da mulher, visto serem temas a que a elas lhes diz respeito, tornando mais fácil as decisões ao haver a preocupação de perceber a sua opinião. Deste modo, concordamos com Rubim e Argolo (2018), só com equilíbrio de representação pública, política e mediática é que qualquer país consegue alcançar justiça social. Para isso, sublinham a

¹ *Gender mainstreaming*: significa integrar uma perspetiva de igualdade de género a todos os níveis e etapas de políticas, programas e projetos. O grande objetivo é ter em atenção as diferenças existentes entre sexos e implementar políticas que beneficiem mulheres e homens de modo a realçar a igualdade de género (Council of Europe, 2020). Disponível online e em português: https://ec.europa.eu/employment_social/equal_consolidated/data/document/gendermain_pt.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

importância dos movimentos ativistas, especialmente, frente aos média conservadores: “É possível identificar uma potência no ativismo digital que tem mantido a agenda feminista em debate, e que em boa medida tem pautado a grande mídia, apesar das posições conservadoras assumidas por ela” (p. 20).

Ao longo do primeiro capítulo é possível verificar que o pensamento político dos primórdios da Pólis ainda é intrínseco à sociedade dos dias de hoje, dificultando a aceitação da mulher como um ser também político, apesar dos progressos já alcançados, que continuam a não ser suficientes para se igualar ao homem no meio político. Além de obstáculos formais, as mulheres encontram também bloqueios informais que dificultam o seu acesso ao mundo político. Visto que este se encaixa num contexto ambíguo, que tanto se traduz na possibilidade de as mulheres conseguirem chegar ao poder, como não chegarem, cria-se uma espécie de vigência à tolerância sobre a discriminação e a injustiça.

Outra das causas do entrave ao acesso das mulheres ao mundo político é a culpa colocada nelas mesmas acerca da desigualdade de género na política, isto é, a sociedade parte do princípio de que não existem desigualdades e, por isso, não vê a necessidade de medidas para a combater, apoiando a visão de que para as mulheres chegarem ao poder só têm de mostrar competências para tal. Ora, um outro impedimento é, sem dúvida, o facto das mulheres se manterem mais ligadas à esfera privada do que os homens, o que contribui para a permanência maioritária de homens na política, que, por sua vez, conduz à desigualdade entre homens e mulheres (Ferreira *et al.*, 2015).

1.1. Ser mulher e o ativo político

O presente estudo tem como referência orientadora os pontos 1 e 2 do artigo 13^o da Constituição da República Portuguesa referente ao princípio da igualdade:

“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”²

² Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202002171639/127970/diploma/indice>.

É a chamada letra de lei que, todavia, no que à noção clara de igualdade se refere, há um longo caminho para a sua efetiva concretização.

É certo que, durante muitos séculos as mulheres foram oprimidas e excluídas da esfera pública, sendo sub-representadas a nível político, social e económico, isto é, as mulheres foram confinadas à esfera privada. A sociedade era então construída e liderada por um patriarcado, visto que apenas pertencia aos homens o direito de detenção de poder. Já Mill, no século XIX, dizia que era injustificável a ausência de acesso das mulheres ao voto e à argumentação política. E na sequência da rejeição pelo Parlamento inglês de uma petição assinada por 1500 mulheres a exigir o direito de voto feminino, que o autor, em *A Sujeição das Mulheres* (1969), sublinhou a importância da emancipação feminina em todos os campos, especialmente na política, para o alcance da justiça social. Mill descreve mesmo que a sujeição das mulheres aos homens nunca foi natural.

Ora, mais de século e meio depois, não podemos abordar a desigualdade de género como se fosse tema do passado, como se estivesse, nos dias de hoje, já resolvido. Apesar de menos expressivo, a desigualdade de género continua estabelecida e enraizada globalmente, e a política é um campo onde o arquétipo da injustiça paritária se instala desde tempos imemoriais.

Na atualidade, em Portugal, o atual governo, que iniciou o mandato a 26 de outubro de 2019, conta com oito Ministras e dezoito Secretárias de Estado, um feito sem precedentes no país que nunca teve tantas ministras ao mesmo tempo. Ainda assim, encontram-se mais homens a incorporar o atual governo, contando com onze ministros e trinta e dois Secretários de Estado (Governo da República Portuguesa, 2019)³.

Ainda assim, a presença da mulher no espaço público, especialmente político, ainda é tenra e é quase impossível encontrá-la na história antes do século XVIII sem ser pela dominação masculina, como percebemos no texto de Wollstonecraft (2018 [1787]). Se recuarmos até aos principais filósofos da história não encontramos a mulher com direito a participar na vida pública, mas sim, representada apenas na esfera privada, como subordinada ao homem.

Aristóteles, na sua obra *Política*, fala sempre no homem como um ser naturalmente político e que este tem o dever de ser um bom cidadão, governar a mulher e os filhos

³ Informação disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/composicao>

(administração doméstica), sendo que domina a mulher os filhos como súbditos. Percebe-se aqui que a mulher nunca poderia ser considerada cidadã completa, é apenas posse do homem (senhor da casa). Segundo o autor, existe, por natureza, um elemento governante e um que lhe subordina, possuindo ambos as suas virtudes próprias, contudo, um é dotado de razão (homem) e o outro desprovido dela (mulher). Ou seja, por natureza, segundo o pensamento do filósofo, existe um elemento que manda e outro que obedece, neste caso, o marido manda na mulher, pois a mulher tem faculdade deliberativa, porém, não tem faculdade de decisão (Aristóteles, 1998). As mulheres são equiparadas às crianças, no sentido em que ambas devem ser educadas de acordo com o regime político estabelecido. Consegue-se, então, perceber que este é um dos muitos exemplos de filósofos clássicos que diminuem a mulher a propriedade do homem, associando e o poder ao homem, afastando-o em absoluto da mulher.

Em Platão, como abordado por Santos (2018), a perspetiva é um pouco diferente, na medida em que este aborda a questão da educação das mulheres e das crianças como pertencentes à comunidade dos guardiões da Pólis, o que mostra que a educação das mulheres é fundamental para a formação da comunidade. O problema aqui é que a opinião sustentada pelo senso comum – e intelectuais – da época era que a mulher não tinha capacidade intelectual, colocando Platão numa situação embaraçosa.

Muitos séculos mais tarde, uma das precursoras do feminismo, foi precisamente Mary Wollstonecraft (2017 [1787]), quem veio reclamar para si e para as mulheres da sua geração – e posteriores – o direito à emancipação pela educação e pelo acesso à voz pública, recusando-se a aceitar o comum do seu tempo, século XVII, que a mulher fosse um adorno que enfeita a vida do marido, ou um ser obediente às ordens das figuras masculinas mais ou menos próximas. Numa desconstrução do pensamento de Rousseau sobre a questão da intervenção pública de ambos os sexos, a autora destaca: “Parece-me, de facto, que os homens agem de um modo não filosófico, quando intentam assegurar a boa conduta das mulheres e tentam mantê-las sempre num estado infantil” (p.56).

O feminismo vem propor uma alternativa de operação e articulação sobre o conhecimento científico em torno da questão de género e a política. Ao surgirem novos temas, objetos e questões, faz com que a visibilidade das mulheres enquanto agentes históricos melhore, pois, ao forçarem a inclusão de temas que falam de si, produz um melhor entendimento das origens de muitas crenças, valores e práticas sociais. Com isto, surge uma nova interpretação, que até então era tida como masculina, que se

opera pela desierarquização dos acontecimentos, ou seja, todas as pessoas se tornam capazes de ser história (Rago, 1984).

É definido nos estudos feministas que os gêneros são formados por um conjunto de traços socialmente construídos e/ou impostos, isto é, ao homem são associados traços como a força e a audácia, enquanto que à mulher é comum ser associada a fragilidade e a sensibilidade. Contudo, o que as estas teóricas pretendem é desconstruir a conotação de determinados traços ao gênero, pois tanto mulheres como homens são capazes de ter estas características (Tickner & Sjoberg, 2013). O que se quer aqui dizer é que é necessária a interiorização, pela sociedade, de que o sexo feminino não é inferior ao sexo masculino (Beleza, 2011).

“On ne naît pas femme, on le devient”⁴ (Beauvoir, 1949). Beauvoir não só foi uma das pioneiras no estudo da mulher, como também influenciou muitas gerações sobre a identidade feminina, que precedeu a formulação do conceito de gênero de Stoller (1968). Na sua obra *O Segundo Sexo* (1949), Beauvoir instigou o pensamento feminista e continua a contribuir para a transformação da visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade e as suas condutas. Entre muitas outras conquistas para o pensamento feminista, Beauvoir situou a reflexão sobre o corpo da mulher no centro da discussão. Para a autora, a corporalidade da mulher e os significados sociais que se atribuem condicionam a sua existência. Sob o desígnio segundo o qual “o pessoal é político”, a autora escreveu: “a mulher não é definida nem pelas suas hormonas nem por instintos misteriosos, mas pela maneira pela qual ela recupera, [...] o seu corpo e sua relação com o mundo” (p. 516).

De uma fuga à dominação a símbolo da resistência, entre a democracia liberal, interseccional e emancipada, o feminismo é hoje lugar múltiplo de que contraria o apagamento e/ou silenciamento da história das mulheres, numa perspetiva político-científica (Miguel, 2018), com o objetivo de criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres (Saffioti, 1999). Contudo, como expõe Lovatto (2018) sobre o pensamento de Saffioti:

Eis explicitada sua tese diante das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção! Ao mesmo tempo que explica, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados. Sendo assim,

⁴ Em Português: “Não se nasce mulher, torna-se mulher.”

tendo a considerar que – para retomar este aspecto hoje e debater concretamente o papel das mulheres trabalhadoras e precarizadas na sociedade capitalista do século XXI – é necessário retomar este pressuposto tão bem construído por Saffioti no final dos anos 1960, sob pena de incorreremos no erro de isolar em demasia o papel feminino da totalidade histórico-social em que se insere. (p.6)

A visão marxista de um feminismo que recusa a figura da mulher embrenhada numa sociedade de classes que a precariza, que a secundariza, não só diante dos mais poderosos e dos beneficiários do capitalismo, mas, e especialmente, por questões de género, de raça e de poder de ação (Arruzza, Bhattacharya & Franser, 2019). É, assim, o feminismo que eleva a mulher ao seu lugar de voz: de todas as classes, de todas as raças, resultado de uma transformação social radical, como explica Arruzza (2018):

Para ser clara, é um tipo de feminismo que persegue a igualdade de género no interior de uma classe específica, a privilegiada, deixando para trás a grande maioria das mulheres. O feminismo dos 99% é uma alternativa ao feminismo liberal, já que é abertamente anticapitalista e antirracista: não separa a igualdade formal e a emancipação da necessidade de transformar a sociedade e as relações sociais na sua totalidade, da necessidade de superar a exploração do trabalho, o saque da natureza, o racismo, a guerra e o imperialismo. Finalmente, posiciona-se diretamente como parte do transfeminismo, defende os direitos e as necessidades das trabalhadoras sexuais e procura alianças sociais e políticas com todos os movimentos que lutam por um mundo melhor para os 99%.⁵

Mas voltemos ao embrião da luta pela igualdade de géneros. Foi durante a Revolução Francesa – que intenciona a liberdade, a igualdade e a fraternidade – que se iniciam os movimentos feministas com grande influência das ideias iluministas que transformaram a sociedade da época. As mulheres mostravam-se, pela primeira vez, como sujeito político, através da reivindicação pelos direitos políticos e militares – direito ao alistamento militar. Com isto, iniciam uma batalha histórica em torno do direito à participação ativa na vida pública e pela representatividade política, sendo vistas como uma ameaça pela ordem burguesa (Gurgel, 2010). Nesta época, a luta era

⁵ Excerto de entrevista à autora, disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/o-feminismo-dos-99-e-alternativa-anticapitalista-ao-feminismo-liberal/56585>.

pela igualdade e liberdade de todos e todas. Porém, uma luta que, como vimos, continua, precisamente, pela permanência de discriminações e preconceitos sobre a ação da mulher no espaço público (Borba, Faria, & Godinho, 1998).

Este [Revolução Francesa] terá sido um marco a partir do qual as mulheres – francesas, essencialmente – começaram a consciencializar-se das disparidades entre géneros, crescendo, assim, questões acerca dos modelos sociais vigentes da altura, o que as levou a iniciarem a luta para diminuir as desigualdades políticas. O movimento feminista – ou os movimentos feministas – conta com três vagas, tendo como por objetivo a mudança de pensamento e a reivindicação de direitos.

A primeira vaga surge em finais do século XIX e inícios do século XX com o movimento sufragista, formado por mulheres inglesas que aspiravam o direito ao sufrágio universal. Eram as *suffragettes* (sufragistas), mulheres lutavam maioritariamente pelos direitos políticos, liberdade de escolha, melhores condições de trabalho e aumento de salário (Pinto, 2010).

A segunda vaga do movimento feminista inicia-se nos anos 1960 e prolonga-se até à década de 1990, onde surgem novas questões sobre a liberdade sexual, em particular, a maternidade e direitos de reprodução. A par destas reivindicações estava o alerta generalizado sobre a opressão e violência, com foco na violência doméstica, às quais as mulheres eram – e, muitos casos, continuam a ser – votadas. Erguem-se, neste período, manifestações coletivas de mulheres e homens que quiseram alterar a sociedade para as injustiças e crimes que metade da população era vítima. Foram anos de união de mulheres – do mundo ocidente, principalmente – que, ou já tinham sofrido de opressão e subordinação, ou só pelo facto de serem mulheres e solidárias com outras mulheres.

Por fim, a terceira vaga do movimento feminista tem princípio nos anos 1990 e decorre até à atualidade, pronunciando-se para a total, ou quase total, liberdade de escolha das mulheres na sua vida pessoal e profissional. Aqui, surge o termo feminismo interseccional, como referido acima, o qual faz referência a todos os tipos de opressão que as mulheres sofrem, tanto a nível racial, sexual ou comportamental. Posto isto, percebe-se a importância da informação e da existência de debates que abranjam o maior número de mulheres – e homens – possível com questões e causas específicas sobre o assunto do feminismo e a consequente equidade de género.

São vários os autores que começam a delimitar a quarta vaga do feminismo, que se circunscreve mais digital, em torno da voz coletiva por via do ciberfeminismo. E, tal como na proposta de Beauvoir, o corpo é um direito absoluto e uma arma política de independência. Concordamos com Vicente (2019, p. 73) quando enquadra que:

Uma das principais características desta nova vaga feminista é o direito de toda e qualquer pessoa a decidir o que faz com o seu corpo: como ele é fisicamente, quantos parceiros sexuais quer ter, quem pode tocá-lo, como se vestir, o que deve ou não ser consentido fisicamente, que linhas ultrapassam a nossa privacidade corporal e o que é ou não aceitável fazer. [...] Com o aparecimento do movimento #MeToo, ficou finalmente claro para a sociedade o que são comportamentos inaceitáveis, o que é consentido, como as mulheres se sentem vulneráveis em determinados momentos e como podem, em muitos casos, levar anos a processar psicologicamente determinada experiência pessoal abusiva.

Esta quarta vaga vive-se, essencialmente, pela via digital, especialmente na atualidade de crise pandémica e sanitária a nível planetário. Ainda assim, esta ágora digital – a Pólis contemporânea, mais ou menos intelectual – reúne um número imenso de feministas que, mais do que outrora, exigem para si voz pública e ação política (*ibid*).

Tida, tantas vezes de forma equívoca, como uma moda de um conjunto de mulheres que ‘fogem às suas obrigações’, a luta feminista enquadra-se na agenda 2030 da ONU, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶, especialmente no quinto ODS, que pretende alcançar a meta da participação “plena e efetiva das mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão”⁷, a par de muitas outras ações que devem ser aplicadas globalmente, queiram os Estados e as lideranças dos mesmos. Assim, pretendem as Nações Unidas “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, através dos seguintes pontos estratégicos:

- a) Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte;
- b) Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- c) Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as

⁶ Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.

⁷ Disponível em: <https://www.ods.pt/objectivos/5-igualdade-de-genero/?portfolioCats=24>

mutilações genitais femininas; d) Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais; e) Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública; f) Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão; g) Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais; h) Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; i) Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis. (*ibid*)

O empoderamento a mulheres e meninas, de todos os países, crenças e valores, é, assim, central para que o alcance do desenvolvimento sustentável seja mais do que um anseio mais ou menos tímido. E o trabalho é, claramente, complexo. Basta situarmos a nossa reflexão, no caso português, na imagem da mulher associada à política e, especialmente, a cargos de liderança soberana. Exceção – e de grande importância – a Maria de Lurdes Pintassilgo, Portugal continua a eleger homens para seus representantes máximos⁸.

As evidências são claras: a política continua a ser dominada por homens – quase sempre os mesmos ou os próximos dos mesmos – e percebida como um mundo de homens, existindo ainda a prevalência de regras e hábitos masculinos no funcionamento dos partidos políticos (Saraiva, 2017). As mulheres continuam a ter de provar ser merecedoras da sua presença neste mundo, justificando, mais do que os homens, as suas capacidades para estar e, principalmente, liderar na política (*ibid*).

⁸ Basta lembrar que as últimas eleições presidenciais, que elegeram Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República, ficaram marcadas pela maior votação que uma candidata a este cargo recebeu em Portugal. No caso, Ana Gomes, com 12,93%, recebeu 536.236 votos.

Posto isto, o cenário de desigualdade vigora a nível nacional, mas também a nível local, como se pode analisar pela distribuição de mandatos eleitorais em Portugal, entre 1976-2013 (*ibid*, p. 49):

Tabela 1. Número de mulheres eleita Presidente da Câmara por distrito e ano

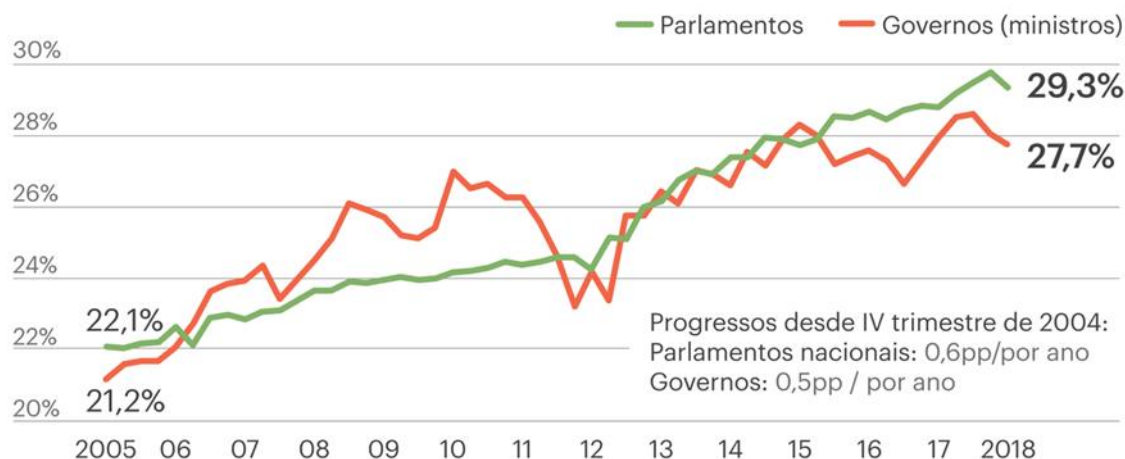
Distritos / Regiões Autónomas	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013	Total município
Viana do Castelo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Braga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Real	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bragança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Porto	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	1	8
Aveiro	3	2	2	1	1	0	0	0	0	0	1	10
Viseu	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
Guarda	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Coimbra	1	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	6
Castelo Branco	0	0	0	0	1	1	1	2	2	2	0	9
Leiria	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3
Santarém	1	1	1	1	1	0	1	1	1	4	5	17
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	3	7
Lisboa	0	0	1	0	0	1	2	1	2	2	2	11
Setúbal	0	0	0	1	3	2	2	3	3	4	1	19
Évora	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	4	7
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faro	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	3	7
Madeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Açores	0	0	1	1	0	0	0	1	3	2	0	8
Total Portugal	5	4	6	4	6	5	12	16	19	23	23	123

Fonte: CNE e DGI, *apud* Saraiva (2017, p. 49)

A tabela 1. é reveladora do desequilíbrio representativo também no poder local: “na totalidade dos atos eleitorais, houve 123 mandatos femininos, o que significa que no mesmo período houve 3243 mandatos masculinos” (p. 50). Dados aos quais iremos voltar no tópico seguinte deste trabalho.

Mas se, ainda assim, tivermos em conta os dados da União Europeia, a evolução entre 2004 e 2017, os governos e parlamentos dos Estados-Membros continuaram a ser preenchidos, maioritariamente, por homens.

Gráfico 1. Percentagem de mulheres nos parlamentos e governos da União Europeia a 28⁹



Fonte: Instituto Europeu para a Igualdade de Género, Base de Dados de Estatísticas de Género: parlamentos e governos nacionais. Publica pelo Jornal Público a 24 de junho de 2018.

O facto de a sociedade estar ‘habituada’ a ver homens em cargos de topo faz também com que se associe características, como por exemplo a liderança, a homens, podendo assim haver críticas/julgamento a mulheres que queiram exercer cargos altos, pois estarão a agir como homens. Contrariamente ao homem, a mulher é vista como a responsável pela lida da casa, o que a limita, ainda hoje, a dedicação à causa pública, estando comprovado que existe uma tendência para as mulheres começarem mais tarde a sua carreira política (Pereira, 2018):

Na Europa do século XXI, o que impede as mulheres de participar de forma mais activa na política? Não é suficiente garantir-lhes, como aos homens, o direito de eleger e de ser eleitas, de estudar e de trabalhar fora de casa? Há até mais mulheres a concluir o ensino superior. [...] Há factores complexos e profundos que se interligam. A sobrecarga tira tempo às mulheres para a causa pública. Pode nem ser assim, mas assume-se que por terem filhos se dedicam menos ao trabalho. [...] m estudo sobre carreira política feminina – promovido pela Women Political Leaders e feito em 2014 por investigadores de Yale, California-Berkeley e London School of Economics, com base no depoimento

⁹ Os dados, publicados pelo jornal Público (24 de junho de 2018), só passam a integrar a Croácia a partir de 2007; e ainda integram o Reino Unido.

457 deputados de 84 países – traça um retrato previsível: elas tendem a iniciar a carreira política mais tarde, a ter menos filhos, a passar mais tempo a cuidar da família e a organizar-se para encurtar deslocações; tudo indica que só as que têm retaguarda familiar avançam com uma candidatura; os homens tendem a fazê-lo mesmo que a família os desencoraje.¹⁰

Percebe-se, também, que fatores como a cultura e a ideologia, os quais estão extremamente enraizados nas estruturas sociais, tornam difícil a mudança para a igualdade. Daqui sucede, então, a questão de conciliar a vida política com a vida familiar, que não é, habitualmente, colocada aos homens (Santos, 2017).

Apesar da negação de muitos, ainda vivemos numa sociedade patriarcal, onde a mulher é normalmente ‘reservada’ à esfera privada e, apesar de não ser uma realidade absoluta, é o pensamento de grande parte da sociedade. Pateman (1993) explica que as instituições políticas liberais tiveram o seu desenvolvimento com um fundo patriarcal, na qual as mulheres foram confinadas à esfera privada. Refere ainda que o facto de as mulheres terem sido excluídas da política durante séculos leva a que, na maior parte dos países, haja ainda um longo caminho a percorrer para que consigam ser aceites na integra da esfera pública, especialmente, política.

1.2. Poder político e a desigualdade de género

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas foi fundada, em 1908, por Ana de Castro Osório e António José de Almeida e promovia com ideias políticas e feministas, sendo que apenas em 1909 é que foi concedida a sua legalização. O movimento contou com o apoio do Partido Republicano Português e lutava pela igualdade e pela participação das mulheres na vida pública (Pires, 2012).

A primeira mulher a votar em Portugal chamava-se Carolina Beatriz Ângelo, uma médica, mãe e viúva, invocando a sua qualidade de chefe de família, em 1911, para votar nas eleições para a Assembleia Constituinte. Porém, a possibilidade de isto acontecer deve-se apenas ao facto de, na altura, não haver leis específicas sobre género, concebendo a Carolina Beatriz Ângelo o título de primeira mulher europeia a votar. Todavia, a 13 de julho de 1913 criou-se uma lei eleitoral que negou o direito de voto às

¹⁰ Disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/24/sociedade/reportagem/mulheres-na-politica-o-numero-conta-mas-nao-e-tudo-1835448>. Consultado a 15 de setembro de 2020.

mulheres de forma explícita, lei que apenas viera a ser alterada em 1933, a qual autoriza pela primeira vez o direito de voto às mulheres, mas apenas autorizado às chefes de família ou que possuam diplomas de ensino secundário ou superior.

Entre 1934 e 1973 só 14 mulheres estiveram representadas na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa, sendo que apenas uma exerceu o cargo de Subsecretária de Estado da Assistência, Maria Teresa Lobo. Com a mudança em Portugal de um regime ditatorial para a democracia, a lei eleitoral estabeleceu igualdade total de géneros, bem como outras leis que abriram caminho para a igualdade dos direitos civis, sociais e políticos. No entanto, ainda se verifica uma sub-representação feminina nos órgãos de poder político, havendo ainda uma discriminação encoberta contra as candidatas dentre dos próprios partidos, (Vieira & Faria, 1999, *apud* Almeida, 2015).

A convicção da médica ginecologista Carolina [Beatriz Ângelo] foi o ponto de partida para uma luta que durou duas décadas. Foi somente em 1931 que as mulheres conseguiram o direito ao voto, com limitações. Só estavam elegíveis as mulheres que tivessem frequentado o ensino superior ou as chamadas “chefes de família”, um termo que englobava “mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro.” E a luta continuou. Três anos depois, em 1933, a lei incluía o direito de voto à “mulher solteira, maior ou emancipada, quando de reconhecida idoneidade moral, que viva inteiramente sobre si e tenha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais.” Nesse mesmo ano, foi dada a oportunidade às mulheres de se candidatarem, tendo sido, em 1934, três mulheres eleitas para a Assembleia Nacional: Maria Guardiola, Domitília de Carvalho e Cândida Pereira. Até que discriminação sexual de voto fosse abolida foram precisos mais 34 anos. Em dezembro de 1968, com Marcello Caetano a chefiar o governo, o número de votantes foi alargado a todos aqueles que soubessem ler e escrever. Contudo, foi só depois do 25 de abril de 1975 que o direito ao voto se tornou universal em Portugal. (Matos, 2021)¹¹

Desde 1976 até 2013, o número de mulheres eleitas para a presidência das câmaras municipais (em valores percentuais para o total nacional) não teve uma evolução

¹¹ Disponível em: <https://www.vogue.pt/o-direito-ao-voto-feminino-em-portugal?cat=rolex>. Publicado a 13 de janeiro de 2021. Consultado a 14 de janeiro de 2021.

significativa, como vimos no ponto anterior. Os distritos com maior dificuldade em eleger mulheres para a presidência das autarquias localizam-se no Norte do país, mais especificamente, no Interior Norte, como é o caso do distrito de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda e os distritos que mostram melhores resultados são os distritos do Litoral Sul. Saraiva (2017) justifica estes resultados com o facto dos partidos situados ideologicamente à esquerda favorecerem, habitualmente, a representação feminina nos órgãos diretivos relativamente aos partidos situados ideologicamente à direita.

Santos (2017) mostra que a política ainda é estruturada pela divisão sexual do trabalho, não existindo ainda uma partilha do poder entre homens e mulheres. Isto é, as mulheres continuam a ser uma minoria na política, visto que os homens regem os cargos denominados como *hard* (defesa, justiça e política externa) e as mulheres os cargos *soft* (educação, saúde e cultura), tendo estas de lutar para legitimar continuamente o seu lugar¹². Esta divisão de categorias denominada por *hard politics* e *soft politics* é utilizada com frequência na ciência política, sendo que por *hard politics* concentra-se o exercício do poder de Estado e a gestão da economia, enquanto que assuntos considerados mais voltados para o social são compreendidos como *soft politics* (Miguel & Feitosa, 2009).

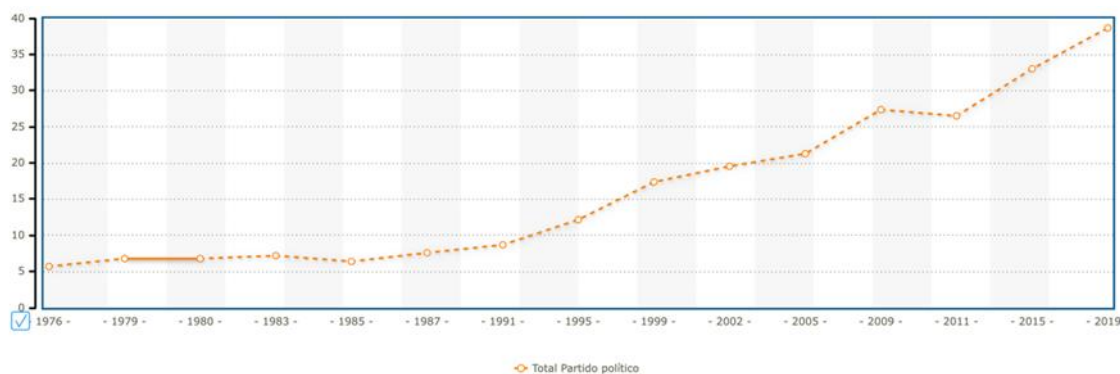
A Lei da Paridade teve a sua aprovação em 2006, após seis anos de ter sido apresentada à Assembleia da República pelo Governo. A apelidada Lei Orgânica n.º 3/2006: “Lei da Paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mútua de 33% de cada um dos sexos” (Assembleia da República, 2006).

Até hoje, a Lei da Paridade já sofreu duas alterações: a primeira, em 2017, que revogou a exceção das freguesias com 750 ou menos eleitores e dos municípios com 7500 ou menos eleitores, que tinham ficado de fora do plano de aplicação; e a segunda, em 2019, aquando foi objeto de avaliação para perceber o impacto que tem tido na promoção da paridade entre homens e mulheres, onde o limiar mínimo de representação de cada sexo subiu para os 40%, fazendo com que não fosse possível colocar mais de dois candidatos do mesmo sexo, consecutivamente, na ordenação da lista (Assembleia da República, 2020). Esta lei conseguiu melhorar o índice de representatividade feminina no espaço político português (ver gráfico 2.), porém, o

¹² Veja-se a dificuldade pública e o escrutínio apertado a que a ministra da Saúde portuguesa é submetida, especialmente, após o início da pandemia. Um escrutínio que não é puramente político, mas de género (Sá, 2020c).

poder maioritário continua a pertencer aos homens, o que faz com que as mulheres tenham de provar permanentemente que são capazes e que têm qualificações para assumir responsabilidades tão significativas quanto os homens.

Gráfico 2. Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: deputadas (valores em percentagem)



Fonte: Assembleia da República e PORDATA¹³

Como mostram os dados do gráfico 2, a Lei da Paridade é um instrumento poderoso para aumentar a participação das mulheres na vida política são as quotas, contudo, o seu grau de eficácia depende da maneira como a lei está feita. Portugal é considerado um bom exemplo, ainda que discreto, já que a lei tem sido implementada e cumprida pelos seus critérios mínimos nas eleições e legislativas e autárquicas, como se pode verificar nos gráficos 3, 4, 5 e 6. A Comissão para a Igualdade de Género em Portugal (CIG), refere que a proporção de mulheres eleitas para os executivos dos municípios das Juntas de Freguesia tem vindo a verificar um aumento gradual, contudo, “a participação das mulheres no poder local é ainda inferior à dos homens, de forma particularmente significativa, nos órgãos executivos”¹⁴.

¹³ Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+eleiçoes+para+a+Assembleia+da+República+deputados+do+sexo+feminino+em+percentagem+do+total++por+partido+pol%C3%ADtico-2261>. Consultado em 2 de outubro de 2020.

¹⁴ Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/09/AF_CIG_FactSheet_PodTmsPosse_V4.pdf. Consultado em 10 de outubro de 2020.

Gráfico 3 (à esquerda). Evolução da proporção de mulheres e homens nas Câmaras Municipais.

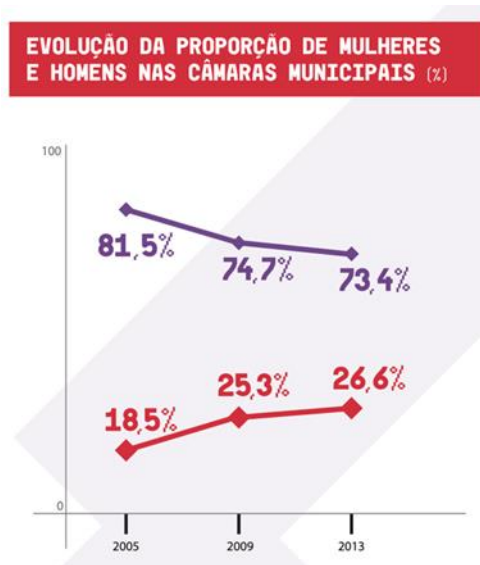
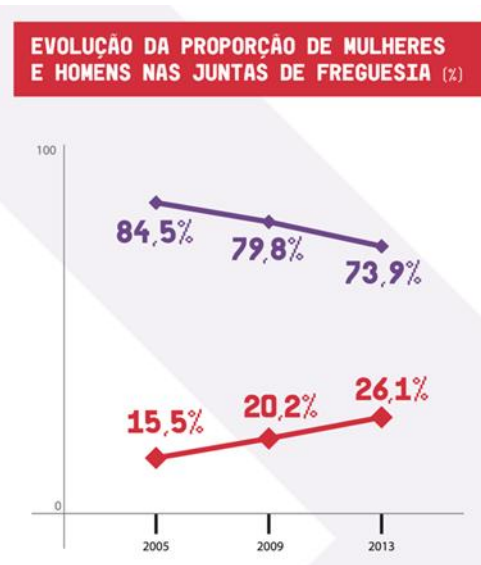


Gráfico 4 (à direita). Evolução da proporção de mulheres e homens nas Juntas de Freguesia.



Fonte: CIG¹⁵

A evolução mostra-nos que, ainda que insuficiente, o caminho para a igualdade começa a fazer-se notar. Mesmo assim, o hiato entre homens e mulheres no poder local – que não difere em muito do nacional – é muito relevante. Uma desigualdade cuja responsabilidade poderá, certamente, ser assacada aos partidos com maior representatividade em Portugal: O PSD, o PS, o CDS/PP, o PCP, e, não esquecendo a famosa AD, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980¹⁶.

¹⁵ Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/09/AF_CIG_FactSheet_PodTmsPosse_V4.pdf. Consultado em 10 de outubro de 2020.

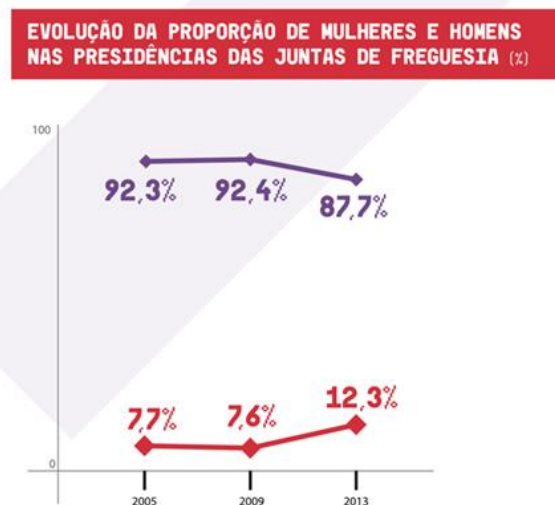
¹⁶

<https://www.pordata.pt/Publicacoes/Infografias/O+Pa%C3%ADs+a+Votos+Elei%C3%A7%C3%B5es+entre+1975+e+2019-177>. Consultado em 10 de outubro de 2020.

Gráfico 5 (à esquerda). Evolução da proporção de mulheres e homens nas presidências Câmaras Municipais.



Gráfico 6 (à direita). Evolução da proporção de mulheres e homens nas presidências das Juntas de Freguesia.



Fonte: CIG¹⁷

O estudo de Azevedo (2017), “A Lei da Paridade numa perspetiva de género: perspetivas das deputadas dos grandes partidos políticos”, revela que, entrevistadas deputadas de todos os partidos com representação parlamentar em 2016/2017:

[...] não há alterações significativas nas relações de género e de poder no contexto da política portuguesa. Pelo contrário, as práticas informais mantêm-se presentes no quotidiano político e impedem que as deputadas alcancem (pelo menos ao mesmo ritmo, quantidade e facilidade) cargos de elevada relevância política e tomada de decisão. Além disso, os obstáculos existentes parecem não facilitar a vida das deputadas, que são obrigadas a fazer esforços duplos para exercerem as suas funções e darem assistência às suas famílias (p.35).

Contudo, existe a corrente de opinião que entende que as quotas são um modo de discriminação sobre o sexo masculino, apostando-se na ideia segundo a qual não há mulheres pois elas não querem lá estar ou não têm competências para os cargos políticos. Ora, segundo os apoiantes desta corrente, as mulheres eleitas por causa das quotas são menos respeitadas porque são resultados de um sistema que diminui a liberdade de escolha (Pereira, 2018). Existe ainda a opinião de que, apesar de ser uma vergonha a necessidade da criação de quotas de género, estas são necessárias pois, apesar de não haver nenhum impedimento formal à participação política de qualquer

¹⁷ Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/09/AF_CIG_FactSheet_PodTmsPosse_V4.pdf. Consultado em 10 de outubro de 2020.

cidadão seja ele homem ou mulher, verifica-se que o número de mulheres em lugares de chefia não reflete a visão teórica de uma relativa igualdade de representação entre géneros, não podendo a sociedade vetar esta realidade. Desta forma, as quotas servem para garantir um certo equilíbrio (Oliveira, 2018).

Porém, enquadra Azevedo (2017, p.35),

[...] a Lei da Paridade surge como impulsionadora das oportunidades das mulheres, ainda que permaneçam os múltiplos discursos contraditórios em torno da mesma. As deputadas, à exceção da deputada do PCP, percebem um aumento de poder (embora insuficiente e desequilibrado) que se manifesta, sobretudo, nessas mesmas oportunidades políticas que as mulheres vão alcançando (e.g., ao nível da agenda política, de lideranças partidárias, e de oportunidades de intervenção) (p. 35).

Já Pereira (2018) refere que as mulheres sozinhas não fazem a mudança, havendo a necessidade de envolver homens nas iniciativas de igualdade de género e atrair mulheres para o mundo político. Esta visão mostra que, apesar da luta pela igualdade de género ser protagonizada por mulheres, para que seja bem-sucedida, concordamos com a autora, tem de ser integradora, deve ser de mulheres e homens, de todas as classes, raças e espaços sociais.

Uma infeliz desvantagem a que a mulher se vê subordinada é o problema da aparência, pois são julgadas pela sua roupa, tamanho, peso ou idade, julgamentos dos quais os homens estão dispensados (Pereira, 2018). Tendo em conta os estereótipos de género constantemente veiculados pelos média, a dinâmica da sociedade envolve a determinação de papéis diferenciados que, conseqüentemente, são hierarquicamente distintos para homens e para mulheres (Biroli, 2010, p 66):

A presença feminina nos noticiários políticos oscila entre a invisibilidade e uma alteridade marcada por estereótipos. A visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa porque identifica as mulheres como dissonantes em relação ao ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos, sem que promova a politização das questões relacionadas ao corpo e à esfera privada. A seletividade temática caminha, assim, junto com uma visibilidade também seletiva, em que as fronteiras entre ideias e corpo, entre razão e afeto e, de maneira mais ampla, entre público e privado confirmam “pertencimentos”

sociais diversos. O fato de que o corpo e aspectos da vida privada (e familiar) das mulheres serem tematizados – enquanto outros aspectos da trajetória dos homens ganham relevância – está diretamente ligado às pressões, exigências e critérios de julgamento diferenciados impostos a homens e mulheres.

Devido aos traços históricos, as mulheres são, ainda hoje, vistas numa perspectiva de dominação, de fragilidade face ao homem. E também os média, como vemos, continua a reforçar o estereótipo de representação de papéis sociais restritivos pela mulher, ligados à imagem pessoal, às tarefas domésticas (esfera privada) e não na participação da esfera pública (Moreira, Magalhães, & Nogueira, 2017).

A ideia de que a política é um espaço masculino encontra-se ainda muito presente na nossa sociedade, existindo principalmente uma sub-representação bastante acentuada também nos jornais e nos média em geral, seguindo uma tendência que reduz a representação política ao poder decisório. Ora, nos média, além do já insatisfatório número de mulheres presentes, elas são representadas, maioritariamente, em áreas específicas relacionadas com o cotidiano ou com a esfera privada. Já a grande maioria de conteúdo noticioso relacionado com a área económica ou política é território masculino (Miguel & Biroli, 2009). Ou seja, a presença reduzida das mulheres na política deve-se principalmente aos estereótipos de género, que as desprestigiam (Biroli, 2010, p. 46).

A sub-representação das mulheres na política está relacionada, ao mesmo tempo, a dois conjuntos de problemas. Um deles, mais amplo, é relativo ao funcionamento das democracias liberais, nas quais a igualdade formal convive com formas sistemáticas de exclusão de alguns grupos sociais. O outro remete, de maneira mais específica, à manutenção das mulheres em posições subalternas em sociedades nas quais o direito à participação política foi universalizado e não existem restrições formais à sua inclusão nas mais diversas esferas, entre elas a política. A mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de género.

Com a aprovação da Constituição da República, em 1976, o regime democrático entrou em vigor, contudo, ainda hoje se verifica uma presença visivelmente minoritária das

mulheres nos cargos de representação e liderança política em Portugal, reforçamos. Almeida (2015) mostra que esta representação *anémica* não é justificada por falta de qualificações por parte das mulheres para os cargos, pois todos os níveis de governo que avaliou mostram que as mulheres têm níveis mais altos de habilitações académicas e que apresentam classificações profissionais com maior grau de especialização, com foco no ensino e gestão. Refere ainda que os partidos mais à esquerda apresentam maior equidade de género: “Apesar do PSD ser o partido que reúne a maior parte das mulheres eleitas, são os partidos mais à esquerda do espectro político que detêm a maioria: somando o PS com o PCP e suas coligações, obtemos um total de 58%” (Almeida, 2015, p. 10).

É aqui demonstrado que não é por falta de competências que as mulheres se encontram sub-representadas, visto que que apresentam níveis mais altos de habilitações académicas.

Em suma, a mudança portuguesa para o regime democrático, em 25 de abril de 1974, veio trazer benefícios à população em geral, claro, mas introduziu a possibilidade de as mulheres chegarem a cargos de poder. Contudo, o que a democracia ainda não conseguiu concretizar é uma equidade factual, especialmente, nos níveis de representação de poder mais elevados, quer na política, como vimos, como na economia ou na gestão de topo. No caso do PSI20, apenas oito mulheres têm cargos na comissão executiva, ou seja, pouco mais de 10%¹⁸.

Ou seja, tanto na política como na economia, concordamos, com Santos (2017)¹⁹:

Percebe-se que os homens continuam a ter mais “redes informais” e a fazer *lobbying* (são os chamados “clubes masculinos”), cooperando bastante mais entre eles do que o fazem as mulheres. Tal coloca as mulheres políticas em desvantagem, porque, como ainda não conseguiram construir e fortalecer redes, também não conseguem construir relações de poder ou de influência tão facilmente como eles.

¹⁸ Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/28/economia/noticia/cotadas-psi20- apenas-oito-mulheres-comissao-executiva-1922216>. Publicado a 28 de junho de 2020. Consultado a 9 de setembro de 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2017/09/a-participacao-das-mulheres-na-politica- um-olhar-especial-no-poder-local/>. Publicado a 25 de setembro de 2017. Consultado a 9 de setembro de 2020.

A proposta feminista, que defendemos, é a união crescente e mais forte das mulheres, num movimento pela justiça na representação política, económica e social. Numa alternância de papéis públicos decisórios e privados domésticos. Vicente (2019) chama-lhe sororidade, que visa incutir uma relação de entreaajuda entre mulheres, através da empatia e afinidade de objetivos. Alguns dos princípios básicos são: 1) não julgar uma mulher por ter tido uma atitude diferente das da maioria; 2) não olhar para as outras mulheres como inimigas ou concorrentes, mas como pares; 3) empoderar-se e empoderar as mulheres à sua; 4) ajudar outra mulher que precise de ajuda (oo. 40, 41). Mais do que aparentes princípios de autoajuda e ajuda coletiva, estes princípios devem ser entendidos para estratégicos para o alcance determinado pela equidade, principalmente, em cargos de decisão.

Capítulo 2

A mulher-política e o espaço mediático

O espaço mediático representa um dos elementos essenciais no posicionamento do ativismo feminino na sociedade (Vicente, 2019; Sá, 2020b). Este pode assim ser um dos maiores condicionamentos para a visibilidade política das mulheres, já que os média convencionais desempenham um papel predominante como agentes decisivos das mensagens que são conduzidas da esfera política para a esfera pública, ou seja, são agentes determinantes da opinião pública, capazes de formar opiniões e elucidar as massas.

A existência do poder midiático não é negativa de *per se*, pois é natural, e até mesmo desejável, que existam poderes paralelos ao Estado [...]. Como “opinião”, é expressão de juízo de valor, sempre discutível e cambiante, permitindo, portanto, a discordância e o dissenso. Como “pública”, isto é, relativa ao carácter político do homem, é plural, dada a impossibilidade de existir espaço para apenas uma única verdade política. [...] Sua função é permitir a participação ativa dos cidadãos na esfera pública política através da manifestação e divulgação das próprias ideias e, portanto, está intimamente ligada ao pluralismo e à liberdade de expressão e comunicação. (Cademartori & Neto, 2013, pp. 189-191)

Deste modo, o poder dos média de massa, ainda hoje, continua a ser significativo, nomeadamente, na formação da opinião pública. E, assim sendo, a comunicação social deveria ser um grande aliado da política e da mudança do pensamento da sociedade acerca das mulheres na política, através da promoção da igualdade de género, dando voz a mais mulheres e ao aceitarem que as mulheres também têm pensamento crítico e capacidades para exercer cargos políticos e de comentário político mediático (Padovani & Pavan, 2017).

No caso português, ainda é possível testemunhar-se a desigualdade de género no comentário televisivo, onde a presença da mulher continua a ser residual, mantendo-se a liderança da expressão noticiosa na figura masculina. Percebendo-se assim, a persistência da sociedade patriarcal, onde os homens continuam a deter um papel preponderante (Sá, 2020b).

No estudo de caso deste trabalho, será possível não só verificar que ainda há um estigma em relação às mulheres na política, como também ainda se verifica pouca representação feminina no comentário político. O estigma aqui referido parte do facto das mulheres ainda serem postas numa posição diferente dos homens, havendo

critérios de avaliação/análise que os distingue, nomeadamente, a questão da conciliação entre a vida privada e a vida pública e a aparência (Santos, Cabecinhas & Cerqueira, 2015). Com isto, percebe-se a persistência de uma sociedade patriarcal, a qual ainda é altamente assídua no espaço mediático. Kahn & Goldenberg, citado por Santos, Cabecinhas, & Cerqueira (2015), nota que, abstraindo-nos da posição política ocupada, as mulheres, por via da regra, surgem nos média ligadas a assuntos da esfera privada, os ditos *soft issues*, como a educação e o meio ambiente.

Neste capítulo, portanto, iremos abordar os média, a mulher e a comunicação política relacionada com questões de género, que nos dará indicações incisivas para a aplicação do nosso estudo empírico, no capítulo seguinte.

2.1. Média e política

O conceito de média ainda não é exato, sendo difícil para os investigadores do campo da comunicação chegarem a um consenso sobre a sua definição, apesar de ser um termo usado frequentemente nos estudos que relacionam os campos da comunicação e da Política, precisamente, por causa da influência mútua das duas áreas de estudo – e de prática. Lima (2001, *apud* Guaniza) fundamenta que média é a agregação das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das entidades que utilizam recursos tecnológicos na comunicação de massa (Guazina, 2007). A palavra média é vastamente colocada na comunicação de modo a explicar os acontecimentos do processo político, ou seja, é utilizada como um mecanismo de transmissão de informação (*ibid*). Desta forma, os média podem ser o ponto de ligação entre o poder político e a sociedade, isto é, através deles, as posições/ideias dos partidos políticos chegam à sociedade de uma forma potencialmente mais clara e acessível. Contudo, a sua influência na vida política pode ser usada de maneira negativa, devido ao seu poder de persuasão, sendo capaz de distorcer acontecimentos, os quais conseguem influenciar a opinião pública. Não será – e não é – que aos média está associado o poder, o quarto. Ora, nos dias de hoje (Barriga, 2007):

Será mais oportuno entender o poder dos média como um poder efetivo, que se exerce por si só. Trata-se de um poder fáctico, não eletivo, que, longe de ser todo o poder, é um poder simbólico que não pode ser menosprezado: o seu grande poder constitui-se no discricionário de falar e de decidir sobre quem pode ou não falar (pp. 36-37).

Com efeito, não é possível, sequer sensato, tentar separar estes dois campos, já que não há prática mediática que não se confronte com efeitos políticos e não há prática política que não se meça pela universalidade que consegue verificar nos média (*ibid*).

A contextualização da palavra-conceito média surge nas pesquisas norte-americanas sobre *mass media* e o seu impacto de persuasão na sociedade (Wolf 2003, *apud* Guazina). A preocupação dos modelos teóricos na altura era a delimitação dos efeitos da exposição do público às mensagens divulgadas pelos média. Foi na década de 1970 que surgiram novos estudos de comunicação que visavam compreender o verdadeiro papel das tecnologias como construtoras de significado e conhecimento sobre a realidade, em vez de simples meios para obter informação (*ibid*).

Desta forma, os meios de comunicação passam a ser vistos de uma forma mais abrangente e não apenas como transmissores de informação. Ora, o estudo dos média abarca, então, a perspetiva do indivíduo e sua a realidade social, que altera com a sua exposição aos conteúdos dos meios de comunicação. Para isto ser possível, estudos da comunicação, sociologia, ciência política e psicologia social tiveram de convergir de maneira a mostrar como os média podem ser utilizados para explicar o poder institucional e criar ligações entre os meios de comunicação com o poder político.

Nesta relação quase de interdependência, McQuail (2004) defende que:

Há um poder de chamar a atenção, de informar, de dar uma imagem do mundo, de mostrar a realidade e há a interpretação dessa realidade feita pelos “media”. Eles fornecem os quadros de compreensão, o contexto. São esses os aspectos centrais. Os “media” estão a mudar, os meios de massas estão a tornar-se menos de massas, há menos grandes canais que chegam a toda a gente. E há mais fontes alternativas de informação, pequenas publicações, Internet, livros... há um universo de informação em expansão. As pessoas podem escolher o seu olhar sobre o mundo.²⁰

²⁰ DOI: [10.13140/RG.2.2.21970.61127](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.21970.61127). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320871042_Denis_McQuail_A_politica_necessita_mais_dos_%27media%27_do_que_eles_da_politica. Consultado a 23 de novembro de 2020.

Se, em 2004, o sociólogo antevia um aumento de autonomia por parte dos cidadãos na procura de informação, sabe-se, então, porque é que convém, tanto a políticos como a gestores de média que o poder se mantenha na decisão editorial e na mensagem política e na diminuta intervenção dos eleitores/espectadores. Ainda que hoje os políticos façam uso cada vez mais fluente e estratégico dos novos média – que dispensam a intervenção jornalística –, a comunicação, os média e política continuam tão conectados quanto as próprias redes que a comunicação contemporânea cria.

Com efeito, os média redundam na exposição de acontecimentos e transformações que compreendem a política, o jornalismo, a publicidade, o entretenimento ou o marketing nos vários meios de comunicação. No que respeita à política: “Falar da influência da mídia, para alguns cientistas políticos, é em certo sentido falar de seu efeito nocivo para o processo político e para instituições políticas tradicionais, como o enfraquecimento dos partidos (Guazina, p. 60).

Ainda que esta versão mais catastrofista dos média esteja, de algum modo a esmorecer, pela individualização de acesso e produção de conteúdo informativo – político ou não – continua a ser importante avaliar o desempenho e o conteúdo dos média – novos e velhos – para perceber quais são as perspetivas dos que usufruem. Steppat, Herrero e Esser, (2020, p. 330) defendem que “As percepções do público de como os média desempenham seu papel social são cruciais para entender por que os cidadãos usam ou não várias fontes de notícias”. Para tal, temos de reconhecer a importância da perspetiva do utilizador e a relação com tanto com os média como com a política.

[...] os resultados sugerem que tanto os padrões de uso individual quanto os fatores contextuais (fragmentação e polarização dos média) afetam as percepções das pessoas sobre a qualidade e o desempenho dos média. Considerando que os usuários fazem inferências de suas dietas de notícias diárias para os média noticiosos em geral, eles também parecem ser capazes de identificar diminuições generalizadas reais na qualidade jornalística [...]. Mais pesquisas estão por vir para determinar o potencial dos média noticiosos tradicionais para mitigarem as percepções mediáticas negativas [... em] ambientes cada vez mais fragmentados, polarizados. (p. 331)

Para Guazina (2007), os média podem ser entendidos como um conjunto de instituições que opera tecnologias específicas para executar a comunicação humana.

Com isto, torna-se essencial estudar as consequências que se podem desenrolar da influência dos média na estruturação do mundo da política para o seu público.

Percebe-se, então, que a política chega e é entendida pelo cidadão através da sua relação com os média. Para a ciência política, os média são estudados para perceber temas como opinião pública, opinião política, comportamento eleitoral e cultura política (Miguel, 2002). Contudo, este campo científico e de atuação profissional continua não dar o devido valor ao papel dos média, como vimos. Esta barreira criada pela ciência política poderá ser um forte impedimento para a sua utilização dos média como uma mais valia, visto ser capaz de simplificar as ideias trazidas pela política, de maneira a que produzem sentidos sociais comuns (Braga, 2020).

Esta barreira pode estar a desviar os cientistas políticos a diminuírem a importância democrática do papel que os meios de comunicação exercem no processo político. Não raras vezes, os conteúdos noticiosos podem transparecer algo que não é totalmente verdadeiro, o que prontamente pode ser interpretado de uma maneira completamente oposta àquela que o partido presente na notícia queria transmitir (Miguel, 2002).

Conclui-se, assim, que os média são muito mais que meros reprodutores de informação, mas também uma prática social, o ponto de ligação entre variados assuntos e a sociedade, capazes de construir ou até mudar opiniões/ideias pré-concebidas (Carmen & Gomes, 2007). Esta ideia será o elemento chave no estudo de caso deste trabalho, de maneira a percebermos até que ponto é que os média, possuidores de instrumentos que ajudam moldar o pensamento coletivo, estarão a desempenhar o papel que lhes compete, nomeadamente, na diversidade de vozes e de géneros; e qual a ação política neste contexto.

2.2. Política mediática e as questões de género

“A comunicação é parte constituinte das ocorrências políticas, sociais, culturais” (Braga, 2020, p. 22). Esta ideia representa, de uma forma simplificada, a importância que a comunicação tem na sociedade. Cabe à comunicação reter conhecimento das mais variadas áreas de modo que consiga produzir perspetivas sociais relevantes para a sociedade, isto é, facultar uma contribuição distintiva como soma ao conhecimento previamente adquirido pelas demais áreas (Braga, 2020). Cerqueira & Cabecinhas, (2018) reconhecem a existência de um bloqueio à formação no campo da igualdade de

género nos média e que este é um caminho a ser explorado por estudantes, investigadores e profissionais de ciências da comunicação.

Ora, os meios de comunicação de massa são espaços sociais e políticos de construção de identidades, capazes de estruturar definições e ajudar a moldar ideologias dos grupos etários, étnicos, de classe, cultura e sexo. Ou seja, os jornalistas expõem os acontecimentos de acordo com os critérios definidos pela cultura jornalística, selecionando o que consideram como noticiável (Cerqueira, 2008).

E do que resulta deste plano mediático, essencialmente noticioso, é, como confirmaremos pela nossa análise, no seguimento de muitas outras que aqui referimos (Cerqueira & Cabecinhas, 2018; Subtil & Silveirinha, 2017; Sá, 2020), um silenciamento – propositado ou não – pelos média da voz das mulheres, arredadas para funções de pivô e não de comentário/opinião, ou de hierarquias mais baixas do que a grande maioria dos homens.

Mas vamos por partes: as mulheres continuam a representar um lado com pouco destaque no que toca à distribuição das vozes no discurso jornalístico. Lakoff, citado por Cerqueira (2010), fala-nos da falta de poder das mulheres refletido, não só na maneira como se espera que falem, mas também na maneira como são faladas. Ainda existe no discurso jornalístico um conjunto significativo de estereótipos associados à imagem e à ação da mulher, que não fazem justiça ao que representam atualmente na sociedade (mais do que vítimas e objetificadas, buscam a liderança e são decisivas em diversos momentos cruciais, nomeadamente, nesta fase de pandemia global). Um desses estereótipos que grassam no jornalismo – e que se reproduzem fora e a partir dele – é avaliação permanente de como a mulher se apresenta: indumentária, o corte de cabelo, a cor das unhas, da roupa e do batom ou ainda o tom de voz; apreciações frugais que muito raramente são dirigidas aos homens.

O caminho parece ser longo para o alcance de justiça representativa nos média, concordamos com Subtil e Silveirinha (2017). É, portanto, necessário a construção de uma imagem mais abrangente sobre os papéis desempenhados por mulheres, de modo a que se torne o agente ativo de sucesso e de decisão nas notícias, e não apenas com caráter excepcional ou, mais uma vez, no papel de vítima ou de objeto sexual e/ou erótico (Díez, Zonnen & Farré *apud* Cerqueira, 2010).

Com este cenário, falta cumprir uma parte significativa da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – *Portugal + Igual*²¹ (ENIND), nomeadamente, no que respeita ao acesso e participação na vida pública. Assim, tenhamos em conta a resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2008, publicada em Diário da República a 21 de maio de 2018. A ENIND assenta, segundo o primeiro ponto, em

[...] quatro eixos assumidos como as grandes metas de ação global e estrutural até 2030: a) Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens, e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios; b) Participação plena e igualitária na esfera pública e privada; c) Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro; d) Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica, e da violência exercida contra as pessoas LGBTI. (p. 2221)

As intenções escritas em letra de lei são positivas e abarcam os maiores desequilíbrios no hiato homens-mulheres em Portugal. Contudo, já nos anteriores Planos Nacionais para a Igualdade se tinha notado que, “embora tenha havido ganhos amplamente importantes na sua adoção, uma das suas áreas de preocupação - as mulheres e os meios de comunicação - foi sempre apenas brevemente coberta” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 43).

Apesar de já existirem normas que permitam a chegada ao poder de mulheres, continuam a existir vários obstáculos que lhes impedem disso mesmo, alguns deles são, como por exemplo, a visão de que as mulheres pertencem/são associadas à esfera privada, havendo ainda a necessidade, em alguns casos, de escolherem entre a esfera privada ou a pública, pois não têm auxílio suficiente para conseguir ambos. Verifica-se ainda a dificuldade de as mulheres ingressarem na vida política comparando com os homens, porém já se concebe que não é por apresentarem menos capacidades que os homens.

Cerqueira e Cabecinhas (2018, p. 497) constataam que:

²¹ Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2018/05/publicada-estrategia-nacional-igualdade-nao-discriminacao-portugal/>. Consultado a 5 de novembro de 2020.

há ainda um longo caminho a percorrer em direção à igualdade de género nos meios de comunicação social, nomeadamente no que concerne à esfera jornalística. Consideramos portanto que é importante desconstruir as representações veiculadas pelos média e compreender como estas são apropriadas pelos públicos, tendo em conta o contexto cultural envolvente e os grupos de pertença e/ou referência tanto dos produtores de conteúdos como dos públicos, que são frequentemente entendidos em termos de uma segmentação redutora, que não atenta à complexidade do tecido social. Há, sobretudo, necessidade de contribuir para a formação de cidadãs/ãos com maior capacidade de reflexão crítica e que demandem uma indústria mediática mais atenta e mais próxima.

Falta também, concordamos com Subtil & Silveirinha (2017) uma produção atualizada e sistemática de indicadores sobre igualdade de género nos média em Portugal, tendo em conta, clara está, a questão do *mainstreaming* de género. Torna-se, portanto, imprescindível que, na prática, os Estados-Membros da União Europeia e a sociedade civil de cada país consigam

desenvolver parcerias com as empresas dos *media* no sentido de criar ambientes culturais que reconheçam que a igualdade de género [...], e ainda dotar os planos de igualdade de verdadeiros mecanismos de implementação dos seus objetivos (por exemplo, criando parcerias para a monitorização de conteúdos dos *media*). (p. 58)

Tal alteração, claro está, precisaria de resultar de um plano abrangente para os média públicos e privados, que respondesse tanto às questões económicas, como às questões de género e “às necessidades da democracia e de uma cidadania mais equitativa” (*ibid*):

Do ponto de vista comercial, embora este seja um fator acessório, mas não irrelevante, questionar se essa maior presença feminina seria positiva ou negativa, é uma reflexão que mereceria ser efetuada, mas que talvez ainda careça de exemplos suficientes para ilações inatacáveis, mas do ponto de vista deontológico, ideológico, social e político, será inevitavelmente injusto e enviesado todo o conteúdo que é pensado e comentado por uma parte apenas da população. (Sá, 2020c, p. 3)

O cenário atual é de permanente protagonismo dos homens e de sub-representação da mulher nos média (Ross & Pandovani, 2019). Compreende-se que, no discurso mediático, a representação das mulheres ainda é feita através do ponto de vista masculino dominante, o que significa que as ideologias continuam iguais, fazendo com que o público não consiga facilmente perceber outra perspectiva.

Porém, é acertado salientar que, para a mudança acontecer, não chega o trabalho esforçado de mulheres sozinhas, existe a necessidade de um trabalho de cooperação entre mulheres e homens nas iniciativas de igualdade de género e também na necessidade de motivar mulheres a ingressarem no mundo político (Pereira, 2018).

Para além desta constatação que ainda se apresenta estanque, a estereotipação de género continua a definir a participação ou não das mulheres jornalistas no espaço público. Em termos concretos, isso concretiza-se na menor probabilidade de mulheres cobrirem histórias internacionais ou de serem comentadoras. A disparidade de género é, então, derivada de um processo em que os agentes intervenientes operam por meio de mecanismos patriarcais, que reproduzem a tipificação e a subvalorização do trabalho feminino (Ridgeway, 2011).

Não raras vezes, concordamos com (Jordão, 2017), a igualdade entre homens e mulheres é associada ao acesso ao mercado de trabalho e a cargos de chefia, contudo, não pode deixar de lado “as questões salariais, as condições de trabalho e a estabilidade profissional” (p. 270). E no caso dos média, acrescentamos nós, a projeção que é feita da imagem feminina e das mulheres que têm a possibilidade de ter voz mediática ativa.

Em suma, o que se deve ser contrariado é a pouca relevância que os média, especialmente os noticiosos, dão às assimetrias de género neles existentes, não sendo consideradas como um possível critério de avaliação da qualidade jornalística. Isto é, as desigualdades de género não fundamentam objeto de específico interesse e reflexão crítica (Santos *et al.*, 2015).

2.3. A mulher-política no espaço mediático: vozes e vezes

Qualquer análise à temática da influência da cobertura pelos média de mulheres na vida política revela que as mesmas estão sub-representadas. O efeito deste facto é, obviamente o fracasso eleitoral quando comparadas com candidatos considerados mais mediáticos, ou seja, com mais visibilidade na sociedade. Um relatório do Parlamento

Europeu sobre as mulheres na vida política da União Europeia afirma que, entre 2004 e 2014, a evolução na representação feminina nos média foi mínima (Shreeves & Prpic, 2019). Neste contexto, a União Europeia está a adotar a chamada Nova Estratégia para a Igualdade de género (2020-2025), que enfatiza a necessidade de

atender às necessidades e experiências de mulheres de diferentes origens e para obter melhores recursos para as organizações de mulheres. Também apelou à introdução da integração da perspectiva do género em todas as políticas da UE, em particular naquelas como o novo Acordo Verde e o mercado único digital, onde a dimensão do género pode não ser óbvia, e que a orçamentação do género seja utilizada em todos os programas para avaliar quaisquer impactos negativos sobre a igualdade de género e as mulheres.²²

Aqui, a presença e representatividade da mulher, tanto no espaço público-mediático como no político, deve ser considerado prioritário para todos os Estados Membros, defende o Conselho da Europa na página “Women in Media”²³:

Há uma dimensão de igualdade de género relacionada com os média como profissão, bem como com os seus conteúdos. Em relação aos média como profissão, as mulheres estão sub-representadas na propriedade, na produção de informações e nos cargos de tomada de decisão. As desigualdades de género são ainda mais flagrantes nos conteúdos: as mulheres são sub-representadas tanto de uma perspectiva quantitativa quanto qualitativa. Na Europa, as mulheres representam apenas cerca de um quarto das pessoas ouvidas, lidas ou vistas nas notícias, raramente são representadas como especialistas e alguns campos ainda são muito dominados pelos homens (por exemplo, matérias de primeira página, política e governo, economia). Além disso, a persistência de estereótipos de género nos conteúdos mediáticos, a prevalência de discurso de ódio sexista nas redes sociais, a escassez de contra-estereótipos e a cobertura frequentemente sensacionalista de temas como a violência contra as mulheres são questões que precisam ser urgentemente endereçadas.

²² Disponível em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/646157/EPRS_ATA\(2020\)646157_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/646157/EPRS_ATA(2020)646157_EN.pdf). Consultado a 23 de novembro de 2020.

²³ Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/genderequality/women-in-media>. Consultado a 23 de novembro de 2020.

Uma preocupação que aumenta com a centralização masculina da esmagadora maioria dos cargos de decisão e de construção mediática nas grandes empresas que de *high-tech*, *software*, inteligência artificial (IA) de plataformas de redes sociais digitais está nas mãos de um conjunto reduzido de homens com muito poder (*ibid*).

Contrariamente aos homens políticos, as mulheres políticas são anunciadas como indivíduos singulares, com identidades especificadas, sendo descritas não só pelo nome, mas também, pelos seus títulos, cargos e afiliações. Além disso, a sua aparência também consta na reportagem onde é referida e na maior parte dos casos a sua conotação é negativa. Existindo a superioridade masculina, pois quando se fala no homem político fala-se de forma ativa, enquanto que a mulher política tende a ser exposta como um caso singular, sem continuidade (Gomes, 2007).

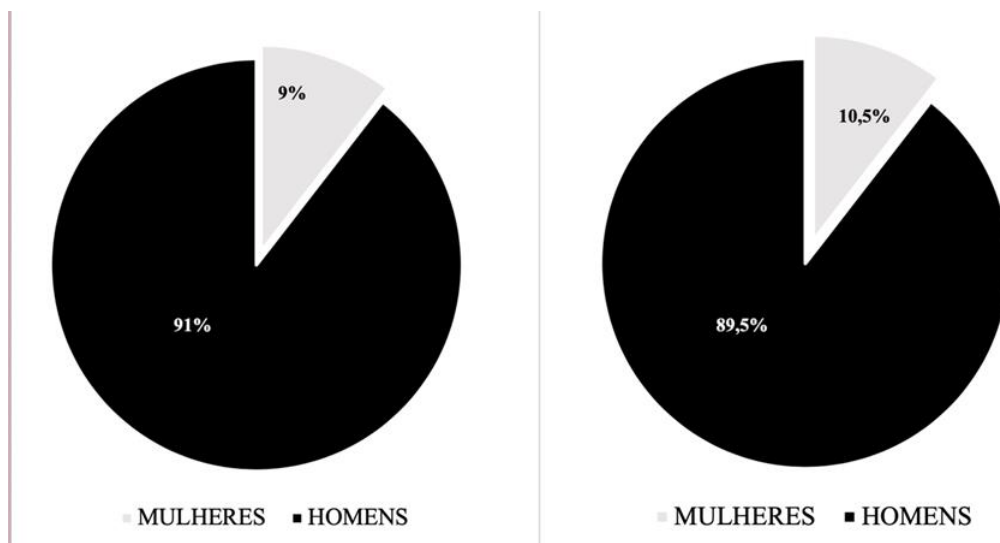
Ainda no Relatório sobre as Mulheres na Política Internacional, redigido por Ana Gomes, à data eurodeputada, é incitado que os meios de comunicação social a reconheçam “a importância da participação das mulheres no processo político”, pelo que devem proporcionar uma “cobertura justa e equilibrada em relação às candidaturas dos homens e das mulheres e a concentrarem igualmente a sua atenção no impacto dos programas dos partidos na promoção das necessidades e dos direitos das mulheres, bem como na representação democrática”²⁴.

É necessário reforçar que espaço político mediático continua a ser uma área predominantemente de homens, havendo a necessidade de haver mais voz pública de mulheres, em outras palavras, ao haver mais mulheres em cargos de poder decisivo seria quase impossível não haver uma mudança da agenda noticiosa, o que iria criar mais diversidade e mais opinião pública (Sá, 2020c).

Sá estudou a presença da mulher nos espaços de comentário televisivo e concluiu que representa cerca de 10% da totalidade convidados no *prime time* dos canais temáticos de informação portugueses. Dados que se refletem diretamente no tempo que estes canais disponibilizam às (poucas) convidadas que têm, como se verifica nos gráficos 7:

²⁴ Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2006-0362+0+DOC+XML+Vo//PT>. Consultados a 27 de novembro de 2020.

Gráficos 7. Tempo de comentário homens vs mulheres na SICN, RTP3 e TVI24 (2018, 2019)



Fonte: Sá (2020c, p. 12)

Ainda segunda a autora:

Se a paridade nas redações está a verificar-se, porque há mais mulheres a trabalharem na área, estudos como este mostram, afinal, que as mulheres são fazedoras e não líderes, são pivôs e não *opinion makers*. Esta continua a ser, portanto, uma área maioritariamente dominada por homens, com acesso à voz pública mais facilitado do que as mulheres, dadas as responsabilidades familiares historicamente assumidas por estas. Precisamos, é claro, de mais mulheres em lugares de decisão para que haja impacto na agenda noticiosa, através de maior diversidade e mais opinião pública (p. 13).

Se o contexto é tão deficitário e representa uma clara desigualdade, somos impelidas/os a pensar em possíveis soluções estratégicas de ação, tendo como vertente central a comunicação. Assim, quando pensamos em comunicação estratégica (Kunsch, 2018), expomos o exercício de poder vigente nos processos de negociação dos elementos envolvidos em todas as esferas públicas e privadas da sociedade. A comunicação aquando um bom planeamento estratégico consegue alcançar os resultados pretendidos e de uma maneira eficaz. Sendo que, a comunicação estratégica é percebida no exercício do poder efetivo nos processos e no exercício das negociações entre atores nas diversas áreas da esfera pública e privada da sociedade. Precisando esta de ser considerada como um processo social básico, essencial numa democracia, não a banalizando como só um meio de transmissão de informação, uma vez que o seu poder no enquadramento socioeconómico e político é objeto de estudo para diversos

especialistas e reduz o distanciamento entre dirigentes e dirigidos (Serrano & Barreto, 2018)

O problema apresentado neste estudo passa por perceber se existe ainda um estigma em relação à mulher política e, conseqüentemente, se serão as mulheres tratadas da mesma forma que os homens pelos média, especialmente, nos espaços de comentário/opinião.

É possível perceber-se que a comunicação é uma mais valia para que o cidadão consiga manter uma relação próxima com o poder, não sendo excluído das decisões. E, assim sendo, os média ao passarem informação ao cidadão, fazem com que este possa ter um papel mais ativo na sociedade. Desta forma, a comunicação pensada estrategicamente é capaz de influenciar a sociedade nas questões de género, sendo que se houver uma justa representação da mulher política, esta a sua imagem melhorará potencialmente, mesmo que, internamente, não seja, à partida evidente. A prática e ação tornam-se essenciais, como detetaram Sales e Villas-Boas (2012, p. 134), num estudo sobre a aplicação na Universidade da Beira Interior do Plano de Igualdade na organização de ensino superior:

O que à partida nos pode parecer um paradoxo, torna-se mais facilmente perceptível quando analisamos as entrevistas aos funcionários e às funcionárias da instituição e compreendemos que eles e elas legitimam e minimizam as desigualdades de género na instituição porque a «*sociedade é assim*». Deste modo torna-se evidente que os planos de igualdade de género são instrumentos fundamentais para a alteração de mentalidades e sedimentação de uma cultura de paridade entre homens e mulheres nas instituições e conseqüentemente na sociedade.

E, apesar de se verificar que a comunicação aliada à igualdade de género é um forte aliado para a resolução de vários problemas ligados ao tratamento injusto e desigual de pessoas, ainda se constata uma fraca posição estratégica por parte das organizações em geral e de média em partícula que aposte nas duas áreas essenciais.

Frequentemente, a presença mediática das mulheres políticas surge ligada ou subjugada a uma figura masculina, ou como forma de comparação, quando se trata de casos em que a mulher tem um cargo igual ao do homem, ou ainda como forma de salientar que o homem tem um cargo superior ao que a mulher desempenha. Outro problema encontrado é a utilização da esfera pessoal como estratégica de

desvalorização, pois é comum o aproveitamento da vida privada das mulheres políticas para conteúdos noticiosos, os quais se tornam mais prementes do que as suas competências políticas²⁵ (Moreira, Magalhães, & Nogueira, 2017).

Nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento de novas correntes feministas atentas aos progressos dos média, que consideravam ser a sociedade patriarcal a causa da resistência à aceitação da mulher no espaço público, começou-se a procurar estratégias de comunicação como uma forma de processo civilizacional feministas, assim como uma forma de pressionar o Estado para a obtenção de igualdade (Motta, Fominaya, Eschle, & Cox, 2011).

Miguel (2002) expõe que as estratégias de comunicação, no conteúdo noticiário jornalístico, são muito viradas para o poder, ou seja, realça as disputas por cargos e liderança política, o que torna o campo político centrado sobre si mesmo. O problema aqui declarado é que as falhas existentes perdem campo noticiário para lutas pelo poder. Posto isto, os grandes líderes políticos detêm uma forte influência sobre os média, acabando por indicar o que é relevante ou não de ser exposto no noticiário jornalístico. Como consequência, os movimentos de mulheres encontram-se como conteúdo noticioso secundário.

Outra complicação para a aceitação da mulher como um ser político é a perceção social como um ser mais frágil. Esta inserção pode resultar do facto de a mulher aparecer, geralmente, em programas televisivos acompanhada por um grupo social de amigas em vez de um grupo de mulheres trabalhadoras, tornando mais complexo para a sociedade a aceitação da mulher como um ser também trabalhador/decisor, com competência para exercer cargos de forte relevo nos mais variados campos (Haralovich & Press, 2012).

Todos estes obstáculos referidos são colocados de forma direta ou indireta pelos média e levam à permanência das estruturas patriarcais, pois a representação da mulher continua a ser maioritariamente feita de uma forma negativa, isto é, raramente nos é apresentada uma mulher com poder sem logo de seguida aparecer uma justificação do porquê de ela deter tal poder. Como consequência, é imediatamente associada a uma

²⁵ Basta analisarmos os comentários à indumentária de mulheres com grande destaque mediático nos últimos meses em Portugal, nomeadamente, Graça Freitas, a diretora geral de Saúde, Marta Temido, a ministra da Saúde, Ana Gomes e Marisa Matias, ambas candidatas nas eleições presidenciais em Portugal (24 de janeiro de 2021).

figura masculina, sendo diminuída, muitas vezes de forma subtil e quase impercetível aos olhos do cidadão comum, pela desvalorização suas competências.

Deste modo, é possível perceber que a ausência mediática da mulher política se possa dever ao facto de ainda não ser completamente aceite neste meio e pelo facto de não ser um problema considerado de primeira instância.

Padovani & Ross (2019) acreditam que as boas práticas são significativamente importantes quando não atuam sozinhas, mas sim, quando fazem parte de planos que buscam alcançar a igualdade de género, ou quando estão associadas a estratégias já existentes. Além disso, consideram por boas práticas aquelas que são capazes de envolver múltiplos interessados, como por exemplo, envolver junto dos média, organizações cívicas, grupos de consumidores e escolas. Sendo que o objetivo de envolver vários grupos é potencializar ao máximo a mudança. Esta visão acaba por mostrar que a mudança consegue ser feita quando todos e todas colaboram.

Capítulo 3

Estudo empírico

3.1. Metodologia aplicada

Para a realização deste estudo, a metodologia adotada, quantitativa e qualitativa, compreende duas fases. Numa primeira fase, através da análise de conteúdo (Bardin, 2006), foi observada a quantidade de cronistas presentes nos jornais Expresso e Público, com principal foco nos cronistas políticos, de maneira a apurar se existe ou não equidade entre homens e mulheres no espaço de comentário político e se os temas abordados diferem ou não conforme o género.

A segunda fase deste estudo passa pela realização de entrevistas a políticos e assessores portugueses sobre as questões de género e política. Pretendemos perceber a visão das/os entrevistados acerca: a) do papel dos média na busca de igualdade de género; b) se tanto média como políticos devem adotar estratégias que ajudem a alcançar a igualdade e equidade entre homens e mulheres; e c) se percebem se existem critérios para a avaliação de homens na política e mulheres na política e nos média. Na segunda parte da análise das entrevistas procuramos perceber o motivo pelo qual as mulheres não estarem tão inseridas no campo político e que estratégias devem ser impulsionadas a diminuição dessa diferença.

3.1.1. Amostra

A amostra concentra a análise do número de cronistas mulheres e homens dos jornais Expresso e Público – no segundo e quarto sábado dos meses de setembro e outubro de 2020 (12 e 26 de setembro e 10 e 24 de outubro) – com principal foco nos cronistas políticos. Uma análise que resulta em oito tabelas dividindo os dias e os jornais analisados. Essas tabelas apresentam todos os cronistas dos respetivos dias e os temas abordados, havendo ainda uma divisão categórica dos temas, ou seja, cada tema concreto insere-se numa categoria de tema geral, com o intuito de facilitar a perceção sobre o tema em que a crónica incide.

Para as entrevistas, após enviado um convite a duas candidatas à presidência da República, Marisa Matias e Ana Gomes, aos dirigentes partidários dos principais partidos com assento parlamentar portugueses, Ana Catarina Mendes (PS), Rui Rio (PSD), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL), André Ventura (Chega) e ainda a mais vinte e oito deputadas/os com assento parlamentar ativo. Contudo, apenas conseguimos três entrevistas das/o três únicas

políticas/o que se mostraram disponíveis a participar neste estudo: Marisa Matias (candidata presidencial²⁶), Catarina Martins (BE) e Jerónimo de Sousa (PCP).

Quanto aos assessores/as, a quem foi apenas questionado se a questão de género é tida em consideração cada vez que um órgão de comunicação social contacta o assessorado/a (personalidade política, membro de partido e/ou de bancada parlamentar). Dos contactos efetuados aos gabinetes de imprensa do Governo, do Parlamento e dos partidos políticos com assento parlamentar, apenas um assessor respondeu à questão: Vasco Ribeiro, assessor político ligado ao Partido Socialista.

3.1.2. Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral perceber se existe ainda um estigma em relação à mulher política, especialmente, quando em contexto mediático.

3.1.2.1. Objetivos específicos

- a) Analisar a participação – e em que contexto – da mulher no comentário/opinião mediática;
- b) Analisar a visão político-partidária sobre as questões de género na política mediática.

3.1.3. Hipóteses

A partir do levantamento teórico efetuado e do estabelecimento dos objetivos gerais e específicos, apresentamos duas hipóteses (H1 e H2) para verificação neste trabalho:

H1: A mulher continua sub-representada nos espaços mediáticos de opinião política²⁷ e quando tem voz os temas escritos são os denominados *soft*.

H2: As lideranças dos partidos políticos não têm em especial consideração a representação mediática paritária dos seus representantes.

²⁶ Entrevista realizada em período de pré-campanha eleitoral.

²⁷ São estudos de caso o Jornal Público e o Jornal Expresso (Portugal).

3.2 Resultados

Passamos agora à coleta de dados e aos resultados da análise de conteúdo. Iremos apresentar de seguida a totalidade de cronistas nos dias 12 e 26 de setembro de 2020 e 10 e 24 de outubro de 2020 do Jornal Expresso e do jornal Público.

Jornal Expresso

Tabela 2. Cronistas Jornal Expresso 12 de setembro

Cronista	Área	Título
Catarina Nunes	Comunicação e marcas	A boa e a má notícia da Mercedes-Benz
Clara Ferreira Alves	Personalidades	Vicente, “In Memoriam”
Pedro Adão e Silva	Política	Alguns equívocos presidenciais
Pedro Santos Guerreiro	Justiça	A espada de Rui Pinto
Mira Amaral	Política, economia	Os leilões solares
Luís Marques	Política, economia	O Novo Banco e a velha política
José Tolentino Mendonça	Sociedade	Conheces a montanha?
António Pires de Lima	Política	A última estação?
Luís Aguiar-Conraria	Política, economia	Por um punhado de dólares
Henrique Raposo	Sociedade, Covid-19	Treva antropocêntrica
João Duque	Economia	Caras ou coroas?
José Gameiro	Saúde	O vestido
Henrique Monteiro	Política, economia, Covid-19	O talento e o bom senso
Ricardo Reis	Política, economia, Covid-19	A batalha entre mercados e planos
Luís Pedro Nunes	Covid-19	A praia portuguesa não contagia
Daniel Oliveira	Política	Baralhar o jogo
João Vieira Pereira	Política, sociedade	Que cidadania é esta?
Francisco Louçã	Política, Orçamento de Estado	Sugestões simples para um Orçamento difícil

Ricardo Costa	Política, Covid-19	O fator país e o fator “profes”
Pedro Mexia	Política	O iliberalismo
Miguel Sousa Tavares	Sociedade	O que importa
João Silvestre	Política, economia	O exel de João Leão
Daniel Bessa	Economia	Garantias imobiliárias
Miguel Monjardino	Política	China e Índia depois de 2020
Comendador Marques de Correia	Economia	Em defesa do cliente nº58 e de todos os perseguidos por terem o dinheiro a recato
Maria José Morgado	Justiça	Bem-vindo a casa

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

No dia 12 de setembro de 2020 verifica-se que o Jornal Expresso integra vinte seis cronistas no total, vinte e três homens e apenas três mulheres. Os temas abordados pelas cronistas foram “comunicação e marcas”, “personalidades” e “justiça”. Numa visão apenas focada nos cronistas políticos, verifica-se que catorze crónicas são sobre política, todas escritas por homens.

Tabela 3. Cronistas jornal Expresso 26 de setembro

Cronista	Área	Título
António Carvalho	Covid-19	Maria de Sousa e a divulgação científica: o caso dos cursos internacionais de verão de Cascais (1994-2014)
Miguel Monjardino	Política	Ginsburg e o mapa da América
Lúisa Schmidt	Política, sociedade	Uma casa portuguesa
José Gameiro	Saúde	“Querido, vou só ali comprar o Expresso”
Henrique Monteiro	Política	A quem cederá António Costa?
Pedro Santos Guerreiro	Política, economia	Então, porque não descem

		o salário mínimo?
Henrique Raposo	Política	O direito ao erro
Daniel Oliveira	Política	Boas vistas
Pedro Adão Silva	Justiça	A Justiça em tempos cruzados
Luís Todo Bom	Economia	Uma pipa de massa?
Luís Aguiar-Contraria	Economia	Aumento do salário mínimo em tempos de crise
Ricardo Costa	Política	Adeus, Lenine
João Vieira Pereira	Política	Tiros nos pés
Luís Marques	Política	As mentiras do protecionismo
Luís Cabral	Economia	(Não) tributar o trabalho
João Duque	Política, cidadania	Quando for grande
Ricardo Reis	Economia	No bolso dos ricos
Francisco Louçã	Política	As duas internets
João Silvestre	Economia	2500 nozes fora 7
José Tolentino Mendonça	Sociedade	O interruptor
Luís Pedro Nunes	Sociedade	Comprimidos “gays” e vírus diversos
Pedro Mexia		Dennehy e a geometria
Comendador Marques de Correia	Política	O partido da liberdade, da democracia, do choro, do ranger de dentes e de coisas estranhas
Clara Ferreira Alves	Política	Perceber e admirar a Alemanha
Miguel Sousa Tavares	Política	Isto é que é gozar com quem trabalha!
Leonor Beleza	Política	Uma presidente que não é de ficar à espera

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

A tabela 3 apresenta os resultados da análise do dia 26 de setembro de 2020 ao Jornal Expresso. Foram detetados vinte seis cronistas, dos quais três são mulheres e vinte e

três são homens. Dentro destas vinte seis crónicas, dezassete abordam uma temática política, contudo, apenas três são redigidas por mulheres.

Tabela 4. Cronistas Jornal Expresso 10 de outubro

Cronista	Área	Título
Daniel Oliveira	Política	O labirinto
Miguel Monjardino	Política	A cortina da turbulência
Daniel Bessa	Política	A verdade, como o azeite...
Luís Aguiar-Conraria	Política, Covid-19	Um pouco de estatística aplicada ao combate à covid
Luís Mira Amaral	Economia	Incentivos fiscais
Luís Marques	Política, Orçamento de Estado	Orçamento: a grande encenação
Maria José Morgado	Justiça	Corrupção, colaboração e álcool gel
João Duque	Política	O industrial socialista
Pedro Adão e Silva	Política, economia	A “roubalheira” em sete passos
Pedro Santos Guerreiro	Política	O baile de máscara do PS
Henrique Monteiro	Política	A constituição do professor Marcelo
Francisco Louçã	Política	Friedman e Trump, o senhor contente e o senhor feliz
João Silvestre	Economia	A tromba do Elefante
Pedro Pita Barros	Covid-19	10 desafios ao SNS em tempos de Covid-19
José Tolentino Mendonça	Religião	A amizade social
Henrique Raposo	Política	A tenaz
Ricardo Reis	Economia	Portugal em recessão
José Gameiro	Saúde	A morte de um filho
Luís Pedro Nunes	Redes Sociais	O insta já é político e assim
Pedro Mexia	Política	Conceitos do político
Comendador Marques de Correia	Política	Eu sou a favor de levar Joacine a sério e de

		debater com serenidade o seu pensamento
Clara Ferreira Alves	Política, Covid-19	Corona C'est moi
Ricardo Costa	Economia	Quem quer uma rica vida?
Miguel Sousa Tavares	Política	Memórias
João Vieira Pereira	Política	Já não é só absurdo, é crime

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

No 10 de outubro de 2020, o Jornal Expresso apresenta vinte cinco cronistas no total e apenas duas são mulheres. Dezasseis destas crónicas apresentam cariz político, mas apenas duas elaboradas por mulheres.

Tabela 5. Cronistas jornal Expresso 24 de outubro

Cronista	Área	Título
João Silvestre	Economia	As empresas não morrem à fome
Pedro Santos Guerreiro	Covid-19	Lavar as mãos
José Gameiro	Saúde	O saco do dinheiro
Comendador Marques de Correia	Política	A astúcia do Dr. Costa, e a solidez democrática dos nossos ministros
Miguel Monjardino	Política	Encruzilhada histórica
Luís Marques	Orçamento de Estado	A discórdia orçamental
Sandra Maximiano	Saúde	Cuidem dos profissionais de saúde
João Duque	Economia	A lata
Luís Todo Bom	Orçamento de Estado	As PPP e o Orçamento de Estado
Ricardo Reis	Política	As pessoas querem ser livres?
Luís Aguiar-Conraria	Economia	Nas fronteiras da dúvida
Francisco Louçã	Política	O grande conspirador está de vigília
Daniel Oliveira	Religião	Papa Cristão
Luís Pedro Nunes		A libido feneceu
Pedro Mexia	Cultura	Histórias sem moral

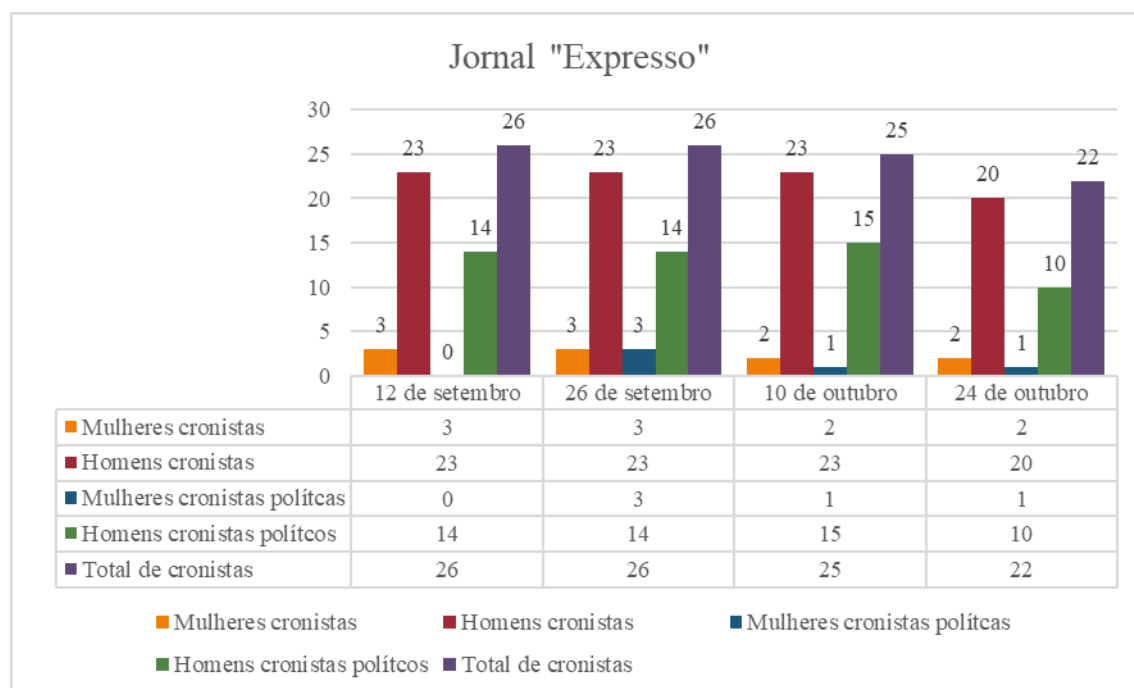
Pedro Adão e Silva	Saúde, Covid-19	A covid como oportunidade
Ricardo Costa	Política	O melhor churrasco de sempre
Henrique Monteiro	Política	O presente envenenado de Rio
Miguel Sousa Tavares	Política	620 mil dias
João Vieira Pereira	Política, economia, Covid-19	Elefantes
José Tolentino Mendonça	Cultura	O livro como património
Clara Ferreira Alves	Política	O torso dispensável

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

No Expresso de 24 de outubro de 2020 foram menos crónicas redigidas, vinte e duas no total, duas eram de autoria de mulheres. Destas vinte e duas crónicas, onze tinham como temática a política, somente uma redigida por uma mulher.

Posto isto, os dados de análise ao Jornal Expresso, que condensamos no gráfico 8, revelam uma maioria absoluta dos cronistas, o que, em consequência, revela o já descrito nos capítulos teóricos silenciamento feminino na opinião política mediática.

Gráfico 8. Dados agregados da análise aos cronistas do Jornal Expresso



Fonte: dados recolhidos e tratados pela investigadora

No total dos quatro dias analisados, dois em cada mês, o Jornal Expresso apresentou cinco crónicas de teor político escritas por mulheres e 53 escritas por homens, numa diferença percentual de cerca de 9,5% (mulheres) e 90,5% (homens). Dados que revelam uma clara desigualdade de atribuição de voz pública neste órgão de comunicação social, e a política é uma evidência clara desse desequilíbrio.

Jornal Público

Tabela 6. Cronistas Jornal Público 12 de setembro

Cronista	Área	Título
Vítor Belanciano	Política	A sociedade dos empregos de merda
Ana Sá Lopes	Política	Costa em campanha por Ana Gomes Com Vieira ao fundo
Renata Monteiro	Cultura	Estou a pensar em acordar com as distopias
António Araújo	Personalidades	Resposta à carta de José António Saraiva
Patrícia Alves Fernandes	Sociedade	Os pais não são eternos mas ficam para sempre
Clementina Almeida	Saúde	O que pode aprender sobre a vida com o seu bebé?
Ana Helena Pinto	Saúde	A cozinha da saudade
Pedro Góis	Política	Num momento pandémico no mundo, o vírus maior continua a ser o da indiferença
Isabel Menezes	Sociedade, economia	O lugar central da escola na educação cidadã
Francisco Madelino	Política, economia	Crise social: o emerso e o submerso
M. Patrão Neves	Política, Covid-19	O que sabe sobre a StayAway?
Miguel Esteves Cardoso	Diversos	Uma vez não chega

José Pacheco Pereira	Política	Vicente e o comércio do Funchal
João Miguel Tavares	Política	Só faltava pôr Arons na RTP. Agora já não falta
Pedro Garcias	Enologia	O melhor Moscatel do mundo é mesmo português? E é de Setúbal ou de Favaios?

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

No Jornal Público de 12 de setembro o número de cronistas, quando comparado ao número do Jornal Expresso, é menor, tendo quinze cronistas no total, sete são mulheres e oito são homens, contudo, as crónicas de teor político são sete, duas são redigidas por mulheres e quatro por homens.

Tabela 7. Cronistas Jornal Público 26 de setembro

Cronista	Área	Título
Vítor Belanciano	Redes Sociais	O Facebook a quem o trabalha!
Manuel Carvalho	Política	Portugal não é um quintal das traseiras de Washinton
Francisco Noronha	Política	A conspiração contra Portugal
Estefânia Barroso	Social	Quem vê tatuagens, não vê coração
Clementina Almeida	Saúde	Como fazer do seu filho uma criança empática
Jorge Almeida Fernandes	Política	Itália: o desgaste dos populismos
João Ferreira Dias	Política	A Cristofobia de Bolsonaro: o perigo de uma agenda política teocêntrica
Maria José da Silva Núncio	Sociedade	Não há bons “bairros sociais” (nem com vistas, nem sem elas)
Isabel do Carmo	Política, economia, saúde,	Recuperação económica e

	Covid-19	Serviço Nacional de Saúde
João Miguel Tavares	Covid-19	Um pacto anti-histeria para combater a covid.
José Pacheco Pereira	Praxe	Diz o/a menino/a: “Ai como eu gosto de ser seviciado...”

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

Mais uma vez, comparando com o jornal Expresso, o Jornal Público de 26 de setembro de 2020 apresenta poucos cronistas, apenas onze, havendo sete homens e quatro mulheres. No que toca a crónicas com conteúdo político, encontram-se quatro, apenas uma foi escrita por uma mulher.

Tabela 8. Cronistas jornal Público 10 de outubro

Cronista	Área	Título
Manuel Carvalho	Política, economia	Os fundos europeus entre a demagogia e a realidade
Carmen Garcia	Saúde	Eles, os loucos
Vera Ramalho	Saúde	A psicologia e a psiquiatria não são para malucos
Patrícia Teixeira de Abreu	Saúde	Carta de uma criança disléxica ao seu melhor amigo
Ana Pinto Coelho	Saúde	Investimento em saúde mental: precisa-se
Clementina Almeida	Saúde	Desmame noturno: quando será o momento certo?
Edite Queiroz	Saúde	Pandemia, juventude e saúde mental: o que podemos fazer
Cátia Carvalho	Política	Proud Boys e outros grupos extremistas: a compreensão da perspetiva psicossocial
São José Almeida	Política, Orçamento de Estado	A inevitabilidade de um acordo à esquerda no OE

		para 2021
Jorge Almeida Fernandes	Política	Trump abre a porta a cenário de “apocalipse”
Pedro Garcias	Enologia	Nunca foi tão bom ser consumidor de vinho em Portugal como hoje
Francisco Sampaio	Saúde	Saúde mental: o lugar onde todos somos iguais.
Miguel Freitas	Política	O lado colorido da cooperação transfronteiriça
Michelle Bachelet, Olivier de Schutter e Guy Ryder	Política, economia, sociedade, Covid-19	Níveis mínimos de proteção social universal, uma responsabilidade conjunta
M. Fátima Bonifácio	Política	Dúvidas e mais dúvidas
José Pacheco Pereira	Política	De onde vem tanta raiva?
João Miguel Tavares	Política	Rui Rio: o regime inteiro resumido num único artigo
Manuel Carvalho	Política, Orçamento de Estado	O fantasma do Novo Banco a pairar sobre o OE.

Fonte: dados recolhidos pela investigadora

No dia 10 de outubro de 2020 verificam-se vinte cronistas no Jornal Público e algo, até então, não verificado: o número de mulheres cronistas é igual ao número de homens. Contudo, as crónicas de carácter político são dez, quatro são escritas por mulheres e seis são escritas por homens. Verifica-se que, neste dia, uma das crónicas foi escrita por três pessoas, uma mulher e dois homens, algo que ainda não tinha sido verificado em mais nenhum dos dias analisados.

Tabela 9. Cronistas jornal Público 24 de outubro

Cronista	Área	Título
Teresa de Sousa	Política	Pode a América voltar a ser a América aos olhos do mundo?
Tomás Reis	Política, ambiente	Precisamos de um exército pelo ambiente?
Clementina Almeida	Saúde	Estratégias para o desmame noturno
São José Almeida	Política	O erro de Rui Rio
Jorge Almeida Fernandes	Política	Não deitem foguetes se Biden ganhar, esperem pelo senado
Miguel Esteves Cardoso		Há um doce delicioso que não leva nem açúcar nem adoçante: é a uvada e é uma glória da nossa doçaria
Ana Sá Lopes	Política	A melhor prova do pudim é comê-lo até ao fim
Pedro Garcia		A aldeia vinhateira que sangra
Pedro Jerónimo	Política, comunicação, Orçamento de Estado	ERC e a (des)atenção aos media regionais
Álvaro Amaro	Política, agricultura	Reforma da PAC: desafio novos
Luís Menezes Leitão	Política, economia	Uma estratégia ineficaz e perigosa
Miguel Esteves Cardoso		Reflexos acéfalos
João Miguel Tavares	Política, Orçamento de Estado	Dançar ao orçamento à beira do abismo
José Pacheco Pereira	Política	Quando as palavras não servem para nada

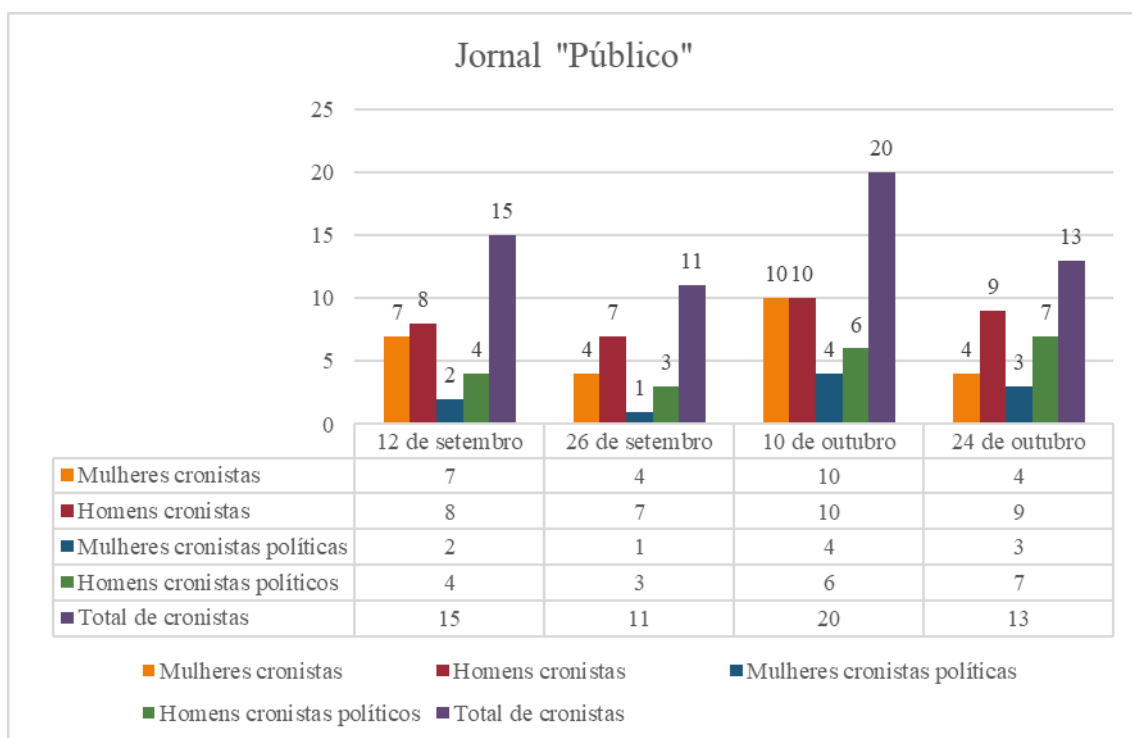
Fonte: dados recolhidos pela investigadora

A última tabela de análise apresenta os cronistas do Jornal Pública de dia 24 de outubro de 2020. No total, treze cronistas, quatro mulheres e nove homens. A maioria

das crónicas são de matéria política, com dez crónicas, porém, apenas três foram redigidas por mulheres.

Posto isto, os dados de análise ao Jornal Público, que condensamos no gráfico 9, revelam uma maioria relativa dos cronistas, o que, neste caso, podemos estar em presença de um órgão de comunicação noticioso a caminhar para a igualdade. Ainda que o caminho seja ainda distante, mas está, pela nossa amostra, a ser percorrido.

Gráfico 9. Dados agregados da análise aos cronistas do Jornal Público



Fonte: Dados recolhidos e tratados pela investigadora

No total dos quatro dias analisados, dois em cada mês, o Jornal Público apresentou 10 crónicas de teor político escritas por mulheres e 20 escritas por homens, estes últimos, ainda assim, com o dobro de participações na formação de opinião pública e publicada. Dados que revelam, ainda assim, desequilíbrio na atribuição da voz pública.

Numa visão geral, é possível verificar com esta análise uma forte desigualdade entre homens e mulheres cronistas, tanto em crónicas que abordam uma temática política, como também nas crónicas das mais diversas áreas. É ainda possível apurar que, de um modo geral, as crónicas feitas por mulheres são maioritariamente de conteúdo denominado como *soft*, como por exemplo, saúde e sociedade.

Sabendo que o número total de cronistas políticos é bastante superior no Jornal Expresso, comparado com o Jornal Público, na nossa amostra, observa-se que o número de cronistas políticos mulheres, em ambos os jornais, é menor do que o de cronistas homens. Contudo, no Jornal Público verifica-se, de modo geral, uma menor desigualdade entre cronistas políticos homens e cronistas políticos mulheres, comparando com o Jornal Expresso. Na análise feita às crônicas do Jornal Expresso, observa-se que havia um mínimo de dez cronistas políticos homens, dia 24 de outubro, porém, o número máximo de cronistas políticos mulheres observado foi de três, dia 26 de setembro, ou seja, é possível constatar uma discrepância muito grande entre o número de cronistas políticos homens e o número de cronistas políticos mulheres; já no jornal Público, o número máximo de cronistas políticos homens foi de sete, dia 24 de outubro, e o número máximo de mulheres foi quatro, dia 10 de outubro, percebendo-se então que, apesar de haver um menor número de cronistas políticos mulheres, a desigualdade não está tão acentuada.

Conclui-se, assim, que a predominância de cronistas políticos é masculina nos dois jornais analisados, contudo, em nenhum dos dias analisados, o número de cronistas políticos mulheres foi nulo no Público, contrariamente ao Expresso que no dia 12 de setembro não apresentou nenhuma crônica política escrita por uma mulher, o qual também apresenta um número máximo de cronistas políticos mulheres menor que o Jornal Público.

3.3. Entrevistas semiestruturadas (políticos com assento parlamentar e candidatos à presidência da República)

Quando analisados os resultados às entrevistas às testemunhas privilegiadas (ver em anexo), os conceitos mais referidos pelos entrevistados foram a desigualdade, dualidade de critérios, sociedade patriarcal e promoção da igualdade, sendo que apresentam diferentes justificações.

A desigualdade é exposta pelos entrevistados em quase todas as questões feitas, mencionando estes que existe uma forte desigualdade entre homens e mulheres tanto a nível interno dos partidos como também no comentário político. Marisa Matias²⁸ alerta esta desigualdade dizendo que “[...] não há uma estratégia ativa para combater isso mesmo, por parte dos média”. A então candidata à presidência da República afirma que estes [média] representam um papel essencial no combate à desigualdade, na medida

²⁸ Entrevista realizada por videoconferência no dia 26 de outubro de 2020

em “[...] naturalizar a presença das mulheres na política passa pelos meios de comunicação, o que não está a acontecer”.

Já a Catarina Martins²⁹, coordenadora do Bloco de Esquerda, assenta que existe desigualdade de três tipos: desigualdade da presença de mulheres, já que “[...] há muito poucas enquanto agentes políticos e enquanto analistas a aparecerem”; desigualdade “[...] na maneira como são ouvidas, entendidas, lidas, faladas, sobre como é analisado o que dizem e o que fazem [...]” e, por fim, desigualdade nos temas:

“[...] eu dou-lhe um exemplo, as lutas laborais estão muito pouco presentes no espaço político mediático, mas ainda assim vão estando. Neste momento em que estamos a viver uma pandemia em que na linha da frente estão, por exemplo, as mulheres da limpeza – e foram as maiores vítimas – que têm de trabalhar em condições que põem em causa, por um lado, a sua saúde e, por outro, a possibilidade de perderem trabalho de um dia para o outro sem remuneração e sem apoio. Eu nunca vi a dirigente sindical Vivalda, por exemplo, que tem feito um grande trabalho, a aparecer nas televisões a falar, mas vemos o Mário Nogueira a falar dos professores – e ainda bem que se fala dos professores, mas porque é que nunca aparece a Vivalda a falar?”

Já Jerónimo de Sousa³⁰, secretário-geral do Partido Comunista Português, descreve que a desigualdade se verifica nos conteúdos apresentados, focados na projeção de mulheres que cumprem certos padrões de beleza, não fazendo notícias que projetem o valor da participação social e política de mulheres de classes trabalhadoras:

“Estes critérios de mediatismo, não se verificando exclusivamente a mulheres, introduzem com frequência uma perversão no tratamento noticioso que resulta da desvalorização e subalternização do conteúdo da intervenção das mulheres com participação política face a outros aspetos.”

O segundo conceito mais explorado nas entrevistas é a dualidade de critérios encontrada na análise de homens e mulheres políticos, sendo que a aparência é um dos fortes critérios de análise aplicados a mulheres na política e a conciliação entre a vida política e a vida familiar. Marisa Matias ressalta que:

²⁹ Entrevista realizada por videoconferência no dia 5 de novembro de 2020

³⁰ Entrevista realizada via email no dia 12 de novembro de 2020

[...] nós não vemos, ou muito raramente vemos, os homens na política a serem confrontados com perguntas sobre a conciliação entre a vida política e a vida familiar, isso é uma pergunta que se reserva sempre para as mulheres na política, ou então perguntas sobre se têm filhos ou porque é que não têm e, portanto, há ainda uma forma de associar as funções reprodutivas e as funções de cuidador da família sempre às mulheres em qualquer campo, sendo que a política não é exceção.

Catarina Martins usa um exemplo pessoal para mostrar a questão da aparência como critério de análise ao dizer que “Há analistas políticos que analisam intervenções minhas de acordo com a minha maquilhagem e com as minhas unhas e não creio que já tenha acontecido isso a um homem”.

Por outro lado, Jerónimo de Sousa acrescenta que esta dualidade de critérios não só se aplica às mulheres, como também às organizações políticas, afirmando que os critérios de avaliação da projeção mediática não são neutros.

No que toca à sociedade patriarcal, os entrevistados entendem que continuamos inseridas/os em uma, o que dificulta a inserção das mulheres no seio político. Marisa Matias expõe que “[...] somos uma sociedade profundamente patriarcal e não há uma capacitação para as mulheres exercerem cargos políticos ou funções públicas como existe para os homens”. Não obstante, Catarina Martins acrescenta que:

“[...] é, por um lado, um clube de rapazes que se reproduz nas suas formas de estar, nas suas formas de entendimento, na forma que reconhece o facto de vivermos numa sociedade em que o que a mulher diz nunca é levado tão a sério como o homem. Tipicamente, quando uma mulher se exalta é histérica e quando um homem se exalta está convicto; ou quando uma mulher tem uma posição dura, difícil é porque algum homem lhe deve ter dito para ela ter essa posição; ou ainda quando uma mulher diz alguma coisa não é ouvida: numa reunião onde há vários homens e uma mulher diz alguma coisa é completamente ignorada até ao fim e a mesma coisa dita por um homem pode tornar-se o tema de conversa.”

Por fim, a promoção da igualdade género é tida por todos os entrevistados como algo basilar na sociedade democrática, sendo que este é um trabalho que não passa apenas pelos partidos, deve ser um trabalho também feito pelos meios de comunicação. Uma

presença mediática distribuída de igual forma por homens e mulheres é essencial, visto que a sociedade é composta metade por homens e metade por mulheres. Numa visão mais partidária, Jerónimo de Sousa julga que os conteúdos das políticas devem ser favoráveis para a promoção da igualdade:

“A nossa avaliação das políticas realizadas ao longo das últimas décadas por sucessivos governos é negativa já que são políticas que se traduzem no agravamento das condições de vida e de trabalho da larga maioria das mulheres, pela dupla exploração laboral, pela persistência das desigualdades e violências que continuam a pesar nas suas vidas enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães.”

Para cada pergunta feita, os três entrevistados³¹ mostraram, de um modo geral, uma visão semelhante, contudo, com algumas nuances.

Na primeira questão da entrevista, apesar de justificações diferentes, os três concordaram que ainda existe um longo caminho a percorrer para a inclusão da mulher na mediatização da política. Também a segunda questão houve respostas semelhantes relativamente à existência de desigualdade entre homens e mulheres nos média, porém, justificaram com pontos diferentes. Marisa Matias disse que a desigualdade provém de não haver, por parte dos média, uma estratégia ativa de combate à desigualdade. Catarina Martins referiu que havia uma desigualdade de três tipos: desigualdade de presença, desigualdade na maneira como as mulheres são ouvidas e ainda desigualdade nos próprios temas. Por fim, Jerónimo de Sousa justificou a desigualdade a partir dos conteúdos abordados.

No que toca à importância dos meios de comunicação para a construção de condições de equidade entre homens e mulheres na política e nos média, os três entrevistados concordam que são essenciais: Marisa Matias defende que são fundamentais pois são eles que fazem chegar ou não à sociedade o que se faz em política; Catarina Martins confirma que são importantes e que ainda refletem um estigma que desempodera as mulheres na vida quotidiana; e Jerónimo de Sousa justifica a importância dos meios de comunicação como um dever de garantir o direito à informação e dar espaço à pluralidade de opiniões.

Os entrevistados concordaram ainda que existem diferentes critérios que avaliam mediaticamente homens e mulheres na política: Marisa Matias e Catarina Martins

³¹ Devemos reforçar que enviámos convites para representantes de todo o espectro político português, da esquerda à ultradireita. Contudo, apenas estes três elementos acederam à entrevista.

reforçaram que questões sobre a aparência e sobre a conciliação entre a vida familiar e a vida política se destinavam somente a mulheres. As políticas afirmam que a política ainda é um campo que não tem tantas mulheres porque, não só é um caminho mais difícil por serem mulheres, mas também por sermos uma sociedade bastante patriarcal. Já Jerónimo de Sousa aborda o problema de outra forma, pois considera que o PCP luta pela igualdade de género, todavia, o próprio partido distancia-se dos outros partidos, na medida em que, sublinha, o PCP é sistematicamente arredado do espaço mediático, tratando-se tanto de homens como de mulheres.

A sexta questão colocada aos entrevistados passa por estes darem a sua opinião sobre de que forma se deve estimular e cultivar a ideia de que o papel da mulher é essencial no seio político e na sociedade democrática: Marisa Matias expôs que os média deveriam promover a igualdade ao garantir uma presença mediática distribuída de igual forma entre homens e mulheres. Catarina Martins diz ser necessário convidar homens e mulheres para falar dos mais diversos temas, visto que a sociedade é constituída por homens e mulheres, ambos deveriam ter voz na abordagem de todo o tipo de tema. Por último, Jerónimo de Sousa mostra uma opinião mais politizada, dizendo que os média deveriam promover políticas de resolução de problemas com que as mulheres se confrontam enquanto trabalhadoras, mães e cidadãs.

A última questão colocada aos entrevistados foi se deveriam as mulheres eleitas por partidos com assento parlamentar atuar mais estrategicamente na procura de presença mediática, à qual as respostas variaram. Marisa Matias concordou, no sentido de que os partidos devem promover a igualdade e equidade entre homens e mulheres, e discordou, pois acha que deveria ser um mecanismo já instituído na sociedade, reforçando ainda que sem movimentos e lutas das mulheres seria difícil conseguirmos algum direito. Por outro lado, Catarina Martins concorda que não só as mulheres devem lutar por uma maior presença mediática, como também devem procurar mais mulheres que o façam com elas, pois é uma decisão que tem de ser tomada por mulheres. Por fim, Jerónimo de Sousa expressa que o PCP defende a igualdade das mulheres na lei e na vida, não falando de um modo particular da questão mediática.

Conclui-se com as entrevistas realizadas que, apesar dos entrevistados apresentarem opiniões diferentes, todos concordam que ainda existe um longo caminho a percorrer para que a mulher seja também vista como um ser político e que os meios de comunicação são fundamentais para que isso seja possível, devendo estes promover estratégias de igualdade e a possibilidade de participação mais ativa de mulheres no comentário político. Estas ações devem operar de modo a combater os preconceitos

contra as mulheres políticas e fazendo com que estas deixem de ser avaliadas segundo diferentes critérios dos homens.

Por fim, é necessário ainda referir que os meios de comunicação são responsáveis por aquilo que chega ou não à sociedade, deste modo, estratégias de comunicação ativas que visem a igualdade de género na mediatização da política e que busquem uma maior equidade são absolutamente necessárias.

E aqui o papel das assessorias é relevante, na medida em que são agendes de mediação entre os agentes políticos e os média. De todos os convites para entrevista, apenas Vasco Ribeiro³², docente e assessor de imprensa ligado ao PS, aceitou responder se a questão de género é tida em conta cada vez que um órgão de comunicação solicita a opinião de um membro do partido. O assessor responde que não é uma questão central:

“Nunca me ocorreu escolher um comentador em função do género, mas antes pelo grau de conhecimento que o comentador tem sobre o tema que irá ser abordado. Quanto muito, admito que, numa fase posterior, posso ter algum cuidado quando verifico que está a haver um domínio hegemónico de um género no comentário a um determinado tema, tentando equilibrar o mesmo.”

Uma visão que pode ser indiciadora de pouca sensibilidade das assessorias de imprensa na política para a questão de género, contudo, uma resposta invalida qualquer tentativa de extrapolação. É, assim, uma área para estudos futuros: analisar a posição das assessorias de imprensa em Portugal no que respeita à igualdade de género, tanto na política como nos média.

3.4. Discussão

Com os dados recolhidos é possível validar a H1: A mulher continua sub-representada nos espaços mediáticos de opinião política³³ e quando tem voz os temas escritos são os denominados *soft*. Apesar de haver mais mulheres em espaço mediático e político, como se verifica pelo Público, ainda não existe equidade, ou seja, as mulheres não são tratadas de igual forma que os homens e continuam a ser avaliadas segundo critérios aos quais os homens não são, como a aparência e também na questão da conciliação entre a vida familiar e a vida política.

³² Entrevista realizada por email no dia 11 de janeiro de 2021.

³³ São estudos de caso o Jornal Público e o Jornal Expresso (Portugal).

A primeira fase de análise mostra uma forte disparidade no número de homens e no número de mulheres presentes em crônicas políticas e que, apesar dos números serem diferentes entre jornais e entre os dias analisados, numa perspectiva geral, é possível verificar-se uma sólida desigualdade. Complementando estes dados com as entrevistas, verifica-se a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres políticos presentes nos meios de comunicação.

Ainda tendo em conta as entrevistas, não podemos validar a H2: As lideranças dos partidos políticos não têm em especial consideração a representação mediática paritária dos seus representantes. Primeiro porque o universo de entrevistados não cobriu o espectro de representação parlamentar – da esquerda à ultradireita –, e depois porque, pelas respostas recolhidas, há claramente uma preocupação dos representantes político-partidários na paridade mediática.

Curioso de ressaltar que, apesar de os entrevistados desconhecerem número de mulheres presentes no comentário político, todos concordam na sua carência, o que leva a constatar que a disparidade é tal que nem seria necessário fazer uma pesquisa a fundo acerca do tema para se perceber que não existe equidade entre homens e mulheres no campo político. Por outras palavras, basta se estar minimamente a par das notícias e do que passa no corpo social para se notar que existe uma falha representativa das mulheres.

Com os resultados conseguidos, verifica-se que ainda somos uma sociedade de estrutura patriarcal, sendo necessário procurar estratégias que visem pela equidade de género. Dar voz a mais mulheres de todos as áreas é fulcral para que tal seja possível.

4. Conclusões

A presença da mulher na vida pública surge no século XVIII com a Revolução Francesa, altura em que as mulheres reivindicaram pelos seus direitos políticos e o seu direito ao alistamento militar. Percebe-se que este marco histórico fez com que fossem despertados movimentos feministas, que até hoje lutam pela igualdade de género.

Nos dias que correm, continuam a existir fortes falhas na nossa sociedade, como por exemplo, a discriminação e o preconceito sobre a mulher, tendo a mulher de se provar merecedora do seu sucesso, especialmente, na política. Ora, a política conserva-se como

um mundo de homens, fazendo com que as mulheres que o queiram aceder tenham de provar as suas capacidades.

Apesar de já se ter percorrido um caminho significativo em busca da igualdade de género, este estudo mostra que ainda estamos longe de a conseguir, sendo necessário a toma de várias medidas em prol desse fim, como indicaram as entrevistas.

O caso português, no que toca a esta temática, mostra que já foram tomadas algumas medidas que incentivam a participação feminina na política, assim como a Lei da Paridade e a Estratégia para a Igualdade, contudo, não se têm refletido nos resultados necessários: os estereótipos de género ainda estão presentes, continuando a ser homens em cargos denominados de *hard* e as mulheres em cargos denominados de *soft*.

A sub-representação das mulheres nos cargos de representação política é uma realidade, mesmo que já se tenha provado que as mulheres têm níveis mais altos de habilitações académicas e que apresentam classificações profissionais com maior grau de especialização.

Com o presente estudo, foi possível confirmar as graves disparidades ainda vigentes entre homens e mulheres presentes no espaço político; e, por espaço político, este estudo descreve as diversas áreas, com foco em cargos políticos e em cargos de jornalismo político. Com a análise feita aos jornais Expresso e Público, foi possível verificar-se que o número de cronistas políticos homens é muito superior ao número de cronistas políticos mulheres, sendo que os conteúdos analisados por mulheres prevalecem de carácter denominado como *soft* e os conteúdos analisados por homens de carácter *hard*. Quer isto dizer que continua a existir uma predominância masculina no espaço político noticioso.

A falta de representatividade feminina no mundo político não é um problema solucionado, pelo contrário, é um problema que ainda está longe de ser resolvido. É necessário dar voz a mais mulheres, é necessário aceitar as suas diferenças em relação aos homens não como algo negativo, mas sim como algo que diversifica a visão que temos da sociedade. É igualmente necessário criar estratégias de comunicação que lutem pela igualdade de género e que informem as pessoas acerca dos mais diversos assuntos, de maneira a diversificar opiniões e fazer com que essas mesmas opiniões sejam aceites democraticamente.

Constata-se por fim, que não é uma luta só de mulheres, é uma luta que, para que consiga obter resultados, precisa da sociedade em geral. É seriamente necessário que todas e todos acreditem e queiram a igualdade de género.

Para concluir, devemos referir as limitações do nosso estudo, já que, no que respeita às entrevistas, só conseguimos obter respostas de representantes de partidos ideologicamente mais à esquerda. Acreditamos nós, contudo, que sejam, à partida, os partidos que integram as questões de género na sua agenda política e até mediática. Mas esta é apenas uma perceção nossa.

Para o futuro, pretendemos avançar com a investigação, alargando-a mais órgãos noticiosos, a mais partidos políticos e a mais assessorias de imprensa ligadas à política.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. A. P. (2015). Mulheres na política portuguesa. In E. Ferreira, I. Ventura, L. Rego, M. Tavares, & M. A. P. Almeida (Eds.), *Percursos feministas: desafiar os tempos* (pp. 164–174). Lisboa: Universidade Feminista/UMAR.
- Aristóteles. (1998). *Política*. Lisboa: Vega, cop.
- Assembleia da República. (4 de outubro de 2006). *Atividade Parlamentar*. Obtido de Parlamento: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=14510>
- Assembleia da República. (novembro de 2020). *NOV_20 Boletim da Assembleia da República COMUNICAR*. Obtido de Parlamento: <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202011/67/artigos/art3.html>
- Beauvoir, S. de. (1949). *O Segundo Sexo* (Éditions G).
- Borba, Â., Faria, N., & Godinho, T. (1998). *Mulher e Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Braga, J. L. (2020). Polarização como Estrutura da Intolerância: uma questão comunicacional. In *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento* (p. 382).
- Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2018). Capítulo 20. Desigualdades de género em foco: interseções entre produção e receção de conteúdos jornalísticos. In *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas - Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp.487-503) (pp. 487–503). Editora Húmus.
- Comissão Europeia. (janeiro de 2021). *Comissão Europeia - Igualdade de Género*. Obtido de Estratégia para a igualdade de género: https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_pt
- Constituição da República Portuguesa. (2020 [1976]). *dre.pt*. Obtido de Decreto de aprovação da Constituição - Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202002171639/127970/diploma/indice>
- Council of Europe. (17 de julho de 2020). *Gender Equality*. Obtido de Council of Europe: <https://www.coe.int/en/web/genderequality/what-is-gender-mainstreaming>
- Council of Europe. (janeiro de 2021). *Women in Media*. Obtido de Council of Europe - Gender equality: <https://www.coe.int/en/web/genderequality/women-in-media>
- Ferreira, E., Ventura, I., Rego, L., Tavares, M., & Almeida, M. A. P. de. (2015). *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos* (U. Feminista, ed.). Lisboa.
- Governo da República Portuguesa. (26 de outubro de 2019). *Composição do Governo*. Obtido em 23 de dezembro de 2020, de República Portuguesa: XXII Governo: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/composicao>
- Guazina, L. (2007). O Conceito De Mídia Na Comunicação E Na Ciência Política:Desafios Interdisciplinares. *Revista Debates*, 1(1), 49. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.2469>
- Gurgel, T. (2010). Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. *Anais Eletrônicos Do Fazendo Gênero* 9, 1–9. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminis moelutadeclasse.pdf
- Haralovich, M. B., & Press, A. L. (2012). *New Feminist Television Studies: Queries Into Postfeminist Television*.
- Kunsch, M. (2018). A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. *Media & Jornalismo*, 18(33), 13-24, DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_33_1.
- Miguel, L. F. (2018). Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo.
- Miguel, L. F. (2002). Os Meios de Comunicação e a Prática Política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 155–184. Doi: 10.1590/S0102-64452002000100007
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2009). Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, 15, 55–81.
- Miguel, L. F., & Feitosa, F. (2009). O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados*. *Revista de Ciências Sociais*, 52(1), 201–221.
- Mill, S. (2006 [1869]). *A Sujeição das Mulheres*. Lisboa: Almedina.
- Miskolci, R., & Pelúcio, L. (2017). Gênero, sexualidades e mídias contemporâneas: do pessoal ao

- político. *Revista de Estudos Feministas*, v. 25 (1), doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p263.
- Moreira, S., Magalhães, S. I., & Nogueira, C. (2017). Contornar e contorcer(-se): Contorcionismos na objetificação das mulheres em contexto político pelos média portugueses. *Gênero & Direito*, 6(1), 172–192. Retrieved from <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>
- Motta, S., Fominaya, C. F., Eschle, C., & Cox, L. (2011). Feminism, women’s movements and women in movement. *Interface*, 3(November), 1–32.
- Nações Unidas. (2020). unric.org. Obtido de Nações Unidas - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Oliveira, P. R. (1 de maio de 2018). Paridade, quotas e mérito. *Jornal de Notícias*. Obtido de <https://www.jn.pt/opiniao/paulo-rios-de-oliveira/paridade-quotas-e-merito-9296993.html>
- Padovani, C., & Pavan, E. (2017). The politics of media gender equality: Lessons learned and struggles for change twenty years after the Beijing Fourth World Conference on Women. *Comunicazione politica*, 177-190, DOI: 10.3270/87219.
- Padovani, C., & Ross, K. (2019). *Advancing gender equality in media industries : an innovative european approach* (Vol. 7). doi: 10.22201/ceiich.24485705e.2019.17.67521
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual* (P. e T. S.A., ed.). Rio de Janeiro.
- Pereira, A. C. (24 de junho de 2018). Mulheres na política? O número conta, mas não é tudo. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2018/06/24/sociedade/reportagem/mulheres-na-politica-o-numero-counta-mas-nao-e-tudo-1835448>
- República Portuguesa. (2021). www.portugal.gov.pt. Obtido de XXII Governo: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/composicao>
- Rocha, J. (4 de abril de 2004). Denis McQuail: “A política necessita mais dos ‘media’ do que eles da política”. *Jornal Público*, p. DOI: 10.13140/RG.2.2.21970.61127.
- Rubim, L., & Argolo, F. (2018). Precisamos falar de Gênero. Em L. Rubim, & F. Argolo, *O Golpe na perspectiva de Gênero* (pp. 7-22). Salvador: Edufba.
- Sá, S. (2020b). Comentário em Portugal: um arquétipo da desigualdade de género. Em S. M. Sá, *Televisão e Novos Meios: Da Produção aos Públicos* (pp. 1-15). Covilhã: LabCom.
- Sales, C., & Villas-Boas, S. (2012). Igualdade de Género na Universidade da Beira Interior. *Ex aequo*, 25.
- Santos, M. H. (27 de setembro de 2017). *A Participação das mulheres na política – um olhar especial no poder local*. Obtido em 6 de dezembro de 2019, de Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género: <https://www.cig.gov.pt/2017/09/a-participacao-das-mulheres-na-politica-um-olhar-especial-no-poder-local/>
- Santos, A., Cabecinhas, R., & Cerqueira, C. (2015). Onde está o Wally? (In) visibilidades sobre mulheres e política nas práticas de receção jornalística Where’s Wally? (In) visibilities about women and politics in journalistic reception practices. *Observatorio (OBS*)*, 9(1), 17–42.
- Saraiva, A. P. (junho de 2017). Liderança política no feminino: As presidentes de câmara no poder local em Portugal. *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher* (37), 41-61.
- Serrano, E., & Barreto, A. M. (2018). Comunicação estratégica institucional e organizacional. *Media&Jornalismo Uma Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 18. Retrieved from http://www.uc.pt/imprensa_uc
- Shreeves, R., & Prpic, M. (2019). *Women in politics in the EU State of play*.
- Steppat, D., Herrero, L. C., & Esser, F. (2020). News Media Performance Evaluated by National Audiences: How Media Environments and User Preferences Matter. *Media and Communication*, 8(3), 321–334. Doi: 10.17645/mac.v8i3.3091.
- Subtil, F. & Silveirinha, M. J. (2017). Planos de igualdade de género nos media: para uma (re) consideração do caso português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 43-61, doid: 10.14195/2183-5462_30_3.
- Vicente, L. (2019). *Feminismo de A a Ser*. Lisboa: Objectiva.
- Wollstonecraft, M. (2017 [1787]). *Uma Vindicação Dos Direitos Da Mulher*. Lisboa: Antígona.

Anexo

Entrevistas realizadas (guião e respostas)

Entrevista Marisa Matias

1. Acredita que nos últimos anos tem havido uma melhoria por parte dos meios de comunicação para a inclusão da mulher na mediatização da política?

“Havendo mais mulheres na política, embora ainda não suficientes, de certa forma já deixou de ser tão tratado como uma exceção, mas, ainda assim, acho que há uma desigualdade enorme. Basta nós olharmos por exemplo para o espaço de comentário político e apercebemo-nos de uma ausência brutal de mulheres, portanto do ponto de vista da intervenção direta da comunicação social não sei se houve assim tantas melhorias, contudo existe uma maior presença das mulheres porque, de facto, existem mais mulheres na política mas não necessariamente porque houve um esforço por parte dos meios de comunicação.”

2. Acha que ainda se verifica desigualdade entre homens e mulheres políticos nos média?

“Claramente e, de facto, não há uma estratégia ativa para combater isso mesmo, por parte dos media.”

3. Considera que os meios de Comunicação são essenciais para a construção de condições de equidade entre homens e mulheres na política e nos média?

“Os meios de comunicação são fundamentais porque o que se faz em política passa ou não para a sociedade muito em função daquilo que é o comportamento dos meios de comunicação e, obviamente, naturalizar a presença das mulheres na política passa pelos meios de comunicação, o que não está a acontecer.”

4. Concorda que existem diferentes critérios que avaliam mediaticamente homens na política e mulheres na política?

“Com certeza que sim, nós não vemos, ou muito raramente vemos, os homens na política a serem confrontados com perguntas sobre a conciliação entre a vida política e a vida familiar, isso é uma pergunta que se reserva sempre para as mulheres na política, ou então perguntas sobre se têm filhos ou porque é que não têm e, portanto, há ainda uma forma de associar as funções reprodutivas e as funções de cuidador da família sempre às mulheres em qualquer campo, sendo que a política não é exceção. Para não falar na questão da aparência, por exemplo no contexto em que temos agora um presidente da república que dessacraliza muito a questão da aparência e eu gostava muito de saber o que é que aconteceria num país como Portugal se fosse uma mulher a exercer um cargo público a tomar banho mediante das câmaras, ou seja, a sociedade portuguesa não aceitaria da mesma forma que aceita em relação aos homens, contudo também acho que não acertaria da mesma forma em relação a outros homens como aceita com o nosso presidente, mas seja como for seria um escândalo se fosse uma mulher a fazer o mesmo.”

5. Acha que a política é um campo que não tem tantas mulheres porque, de facto, o caminho é mais difícil por serem mulheres ou é resultado da manutenção das extensões da sociedade patriarcal, a qual entrega o protagonismo do poder e, conseqüentemente, mediático ao homem?

“Na minha opinião é o resultado duas coisas, somos uma sociedade profundamente patriarcal e não há uma capacitação para as mulheres exercerem cargos políticos ou funções públicas como existe para os homens e, por outro lado, é a dificuldade de acesso que resulta muito também disso, ou seja, se as mulheres têm muitas mais tarefas associadas à vida da casa e cuidar dos filhos e da família obviamente que se torna muito mais difícil de se inserirem na vida pública por estarem mais ocupadas.”

6. Na sua opinião, de que forma se deve estimular e cultivar (através da comunicação ou outras) a ideia de que o papel da mulher é essencial no seio político e na sociedade democrático?

“Em primeiro lugar, os meios de comunicação deveriam ter a sua parte de promoção da igualdade e isto significa garantir que a presença mediática é igualmente distribuída entre homens e mulheres, na minha opinião esta seria uma função essencial porque a sociedade é composta metade por mulheres e é, portanto, mais democrático quando a representação for mais real e do ponto de vista dos órgãos de comunicação social e evidentemente vai haver sempre o argumento que muitos são privados, mas pelo

menos nos públicos deveria haver essa obrigação e nos privados essa recomendação para estarem em linha com o que é legislação nacional, mas não é isso que está a acontecer.”

7. As evidências mundiais levam-nos a colocar como hipótese que a baixa presença da mulher no comentário político mediático está ligada ao baixo protagonismo de mulheres nos partidos com assento parlamentar. Neste sentido, devem as mulheres eleitas por estes partidos atuar mais estrategicamente na procura de presença mediática?

“Sim e não, ou seja, sim no sentido de ser feita dentro dos próprios partidos como uma questão de democracia interna e infelizmente nem todos os partidos têm essa agenda de promoção da igualdade e da equidade entre homens e mulheres e, portanto, torna mais difícil. E não, porque ao mesmo tempo isso deveria ser um mecanismo já instituído na sociedade que não dependesse da agenda política de cada um dos partidos no que diz respeito à igualdade de género, até porque se nós estivermos dependentes da agenda política para promover as mulheres e a sua participação política seria complicado. Desta forma, deve haver nos dois sentidos, mas eu acho que sobretudo num ponto de vista de reforço daquilo que deve ser o comportamento da comunicação social em relação a isso e, obviamente, nos partidos em que existe pelo menos uma linha política que tenha o objetivo de promover a igualdade de género faz sentido que as mulheres se organizem e tenham as suas próprias estruturas onde possam discutir esse caminho. Contudo eu acho que tem de ser nos dois sentidos, pois nós não podemos estar à espera que a igualdade de género entre na agenda política de todas as organizações para poder ser uma realidade, Nós temos muitas estruturas, muitos movimentos, muitos partidos que a igualdade de género não deve existir e isso é inconstitucional por um lado e muito ao lado daquilo que são os direitos que estão consagrados para homens e para mulheres. Não houve nenhuma conquista, nenhum direito para as mulheres que não tenha surgido ou resultado de mobilização ativa das mulheres, portanto nós não podemos estar à espera que algo aconteça, todas as conquistas históricas dos direitos das mulheres, todas, resultam de uma mobilização ativa das mulheres e de um confronto com uma sociedade extremamente conservadora e muitas vezes pagou-se preços caríssimos por essa mobilização onde muitas das mulheres que lutaram pelos nossos direitos não usufruíram deles em tempo de vida e nós é que beneficiamos deles mais tarde. Não nos iludamos que sem movimentos e sem lutas das mulheres dificilmente conseguimos algum direito.”

Entrevista Catarina Martins

1. Acredita que nos últimos anos tem havido uma melhoria por parte dos meios de comunicação para a inclusão da mulher na mediatização da política?

“Sim, é verdade que tem existido algum progresso, contudo não é verdade que esteja tudo bem e uma parte da visibilidade das mulheres é feita de uma forma ela própria preconceituosa contra as mulheres, ou seja, continuamos a ter um espaço maioritariamente masculino e às vezes a introdução das mulheres faz-se pelo exótico, agora são só mulheres ou temos aqui estas mulheres para vos mostrar, como sendo a exceção para contornar a regra, o que acaba por ser perverso.”

2. Acha que ainda se verifica desigualdade entre homens e mulheres políticos nos média?

“Muita desigualdade, desigualdade de três tipos, desigualdade da presença de mulheres, ou seja, há muito poucas enquanto agentes políticos e enquanto analistas a aparecer, discriminação também na maneira como são ouvidas, entendidas, lidas, faladas, sobre como é analisado o que dizem e o que fazem e preconceito também nos próprios temas, porque sendo certo que na política as mulheres são tão diferentes umas das outras, como os homens são diferentes uns dos outros, é verdade que há espaço de vida política, que até pelo estereótipo patriarcal da sociedade em que vivemos são maioritariamente mulheres, eu dou-lhe um exemplo, as lutas laborais estão muito pouco presentes no espaço político mediático, mas ainda assim vão estando, neste momento em que estamos a viver uma pandemia em que linha da frente são por exemplo as mulheres da limpeza e foram as maiores vítimas, que por um lado têm de trabalhar em condições que põem em causa a sua saúde e por outro lado perderem trabalho de um dia para o outro sem remuneração e sem apoio, nunca vi a dirigente sindical Vivalda por exemplo, que tem feito um grande trabalho, a aparecer nas televisões a falar, mas vemos o Mário Nogueira a falar dos professores e ainda bem que se fala dos professores, mas porque é que nunca aparece a Vivalda a falar.”

3. Considera que os meios de Comunicação são essenciais para a construção de condições de equidade entre homens e mulheres na política e nos média?

“Claro, o facto das mulheres aparecerem desempoderadas na comunicação social é também um reflexo e a continuação de um estigma que as desempodera na vida quotidiana e claro da objetificação do seu corpo também.”

4. Concorda que existem diferentes critérios que avaliam mediaticamente homens na política e mulheres na política?

“Há analistas políticos que analisam intervenções minhas de acordo com a minha maquilhagem e com as minhas unhas, não creio que já tenha acontecido isso a um homem. E a primeira pergunta é quase sempre como é que consegue conciliar a atividade política com a vida familiar, a qual não é feita a homens.”

5. Acha que a política é um campo que não tem tantas mulheres porque, de facto, o caminho é mais difícil por serem mulheres ou é resultado da manutenção das extensões da sociedade patriarcal, a qual entrega o protagonismo do poder e, conseqüentemente, mediático ao homem?

“É tudo junto, eu acho que é difícil separar uma coisa da outra, ou seja, é por um lado um clube de rapazes que se reproduz nas suas formas de estar, nas suas formas de entendimento, na forma que reconhece o facto de vivermos numa sociedade em que o que a mulher diz nunca é levado tão a sério como o homem, tipicamente quando uma mulher se exalta é histérica e quando um homem se exalta está convicto ou quando uma mulher tem uma posição dura, difícil é porque algum homem lhe deve ter dito para ela ter essa posição ou ainda quando uma mulher diz alguma coisa não é ouvida, numa reunião onde há vários homens e uma mulher diz alguma coisa é completamente ignorada até ao fim e a mesma coisa dita por um homem pode tornar-se o tema de conversa. Depois a forma como se organiza a vida vem disso mesmo, tipicamente os cuidados com os outros recaem sobre as mulheres e tipicamente tomam-se decisões fora de horas, que é às horas em que as mulheres já têm de estar a cuidar de alguém, marcam-se reuniões para horas impossíveis, as decisões em vez de serem tomadas em reuniões são tomadas a seguir quando se vai beber um copo e isso afasta das decisões as mulheres que são muito mais sujeitas ao cumprimento de horários porque têm muito mais gente dependente delas que os homens e eu diria que isso afasta também os homens feministas porque há homens que assumem cuidados de quem está à volta deles e seguramente também se sentem prejudicados. Na verdade há um modelo de decisão informal muito instalado que protege muito a sociedade patriarcal, reproduz muito o sistema das pessoas que não têm outras responsabilidades na sua vida, que não

assumem as tarefas da reprodução social, o que exclui maioritariamente mulheres, exclui os homens que assumem essas funções e que são uma minoria e portanto é ocupado por homens que não assumem essas funções e que nele transportam todo o preconceito da sociedade patriarcal.”

6. Na sua opinião, de que forma se deve estimular e cultivar (através da comunicação ou outras) a ideia de que o papel da mulher é essencial no seio político e na sociedade democrático?

“Eu acho que nós devíamos ter todos uma campanha de alarme a dizer o seguinte, se para determinado tema só convidarmos homens e sendo a sociedade feita de homens e mulheres é pouco provável que para determinado tema só haja homens com pensamento, seja em temas políticos, em temas científicos em temas do que for, portanto eu continuo a ficar extraordinariamente perplexa com a quantidade de vezes que vejo painéis só de homens, livros só de homens, intervenções só de homens, porque como é que não houve ninguém a quem lhe tivesse suado a campanha de que isto se calhar é o club de bolinha?

A outra coisa é perceber as responsabilidades da reprodução social, temos que lutar para que sejam tarefas de homens e mulheres e não apenas de mulheres e eu ouço muitas vezes a desculpa de que nós tentamos convidar uma mulher mas ela não podia, talvez seja bom compreender que os horários e a organização para as mulheres são um tema mais complicado porque nelas assenta a reprodução social, portanto se queremos que as mulheres participem temos de lhes fazer propostas possíveis de modo a elas poderem aceitar.

Eu diria que estas duas campanhas são muito importantes, o clube de bolinha está mal ,não tem mal nenhum se os primeiros nomes que surgem nas nossas cabeças são de homens, porque são quem costuma aparecer, mas se formos investigar mais um bocadinho há mulheres que também se destacam nas mais diversas áreas em Portugal e ainda bem, portanto deve ser feito esse esforço. O segundo esforço passa por compreender que sendo as mulheres que têm o trabalho de reprodução social não se pede uma coisa de um dia para o outro a desoras, porque depois vai-se ter a desculpa de eu tentei, mas elas recusaram.

Depois há outras coisas que é preciso fazer, as mulheres são habituadas a que só devem falar quando têm algo para contribuir de importante, enquanto os homens são tipicamente educados para se afirmarem, mesmo quando não têm nada a acrescentar falam, o que faz com que muitas vezes nós ouvimos muitos homens e poucas mulheres. Há uma coisa que eu costumo dizer às minhas camaradas que é digam o que pensam,

mesmo que não acrescenta nada, mas nós precisamos de saber o que é as mulheres desta sala pensam e não só os homens.

Como responsável de mulher feminista que compreende a desigualdade e a quer combater eu diria que devemos estar muito atentas a estes mecanismos que nos silenciam e ajudar-nos umas às outras a ganharmos voz.”

7. As evidências mundiais levam-nos a colocar como hipótese que a baixa presença da mulher no comentário político mediático está ligada ao baixo protagonismo de mulheres nos partidos com assento parlamentar. Neste sentido, devem as mulheres eleitas por estes partidos atuar mais estrategicamente na procura de presença mediática?

“Sim e na procura de outras mulheres que o façam com elas, tem mesmo de ser uma decisão das mulheres. Nós temo-lo feito no bloco, de uma forma estratégica e pensada, muitas vezes dizem que somos o partido das mulheres, não somos, somos um partido composto de homens e mulheres, o problema é que as pessoas não estavam habituadas várias mulheres com visibilidade, quanto muito há uma e o resto são todos homens, e nós tomamos essa decisão e acho que temos conseguido fazer isso. Esta tem de ser uma decisão, as mulheres têm de decidir fazer isso umas pelas outras e umas para as outras, não tenho dúvida disso.”

Entrevista Jerónimo de Sousa

1. Acredita que nos últimos anos tem havido uma melhoria por parte dos meios de comunicação para a inclusão da mulher na mediatização da política?

“Não temos instrumentos de análise que permitam uma avaliação rigorosa sobre esta temática, contudo no espaço mediático encontram-se invisíveis as condições de trabalho, de precariedade, os salários, os horários, que são condições que fragilizam todos os jornalistas, mas que são sempre mais penalizadoras para as mulheres e a mesma coisa se coloca em relação à participação das mulheres na política e nas condições para participarem nas suas expressões mediáticas.”

2. Acha que ainda se verifica desigualdade entre homens e mulheres políticos nos média?

“A representação das mulheres nos media tem de ser vista desde logo pelos conteúdos. E, neste domínio, a perceção que tenho é que ela se centra, por um lado, na projeção das mulheres que cumprem certos padrões de beleza e/ou de «sucesso» (mulheres empresárias, famosas, etc.), enquanto que, raramente, é dada notícia que projete o valor da participação social e política das mulheres que integram as classes trabalhadoras e populares, cuja participação em igualdade se revela ser uma importante dimensão da democracia e do processo social. Estes critérios de mediatismo, não se verificando exclusivamente a mulheres, introduzem com frequência uma perversão no tratamento noticioso que resulta da desvalorização e subalternização do conteúdo da intervenção das mulheres com participação política face a outros aspetos.

O que é possível verificar é que raramente é projetado o protagonismo de mulheres e o seu «sucesso» em diferentes dimensões do desporto, da ciência, ou do valor da sua participação social e política em dimensões da vida em sociedade a que não é dada qualquer importância.”

3. Considera que os meios de Comunicação são essenciais para a construção de condições de equidade entre homens e mulheres na política e nos média?

“No quadro do regime democrático que defendemos e que a Constituição da República consagra, os órgãos de comunicação social devem garantir o direito à informação e dar espaço, em condições de igualdade, à pluralidade de opiniões e à sua expressão por mulheres e homens.”

4. Concorda que existem diferentes critérios que avaliam mediaticamente homens na política e mulheres na política?

“Os critérios utilizados de avaliação da projeção mediática não são neutros relativamente a homens e a mulheres, no universo das mulheres, bem como nos critérios relativos às organizações políticas.”

5. Acha que a política é um campo que não tem tantas mulheres porque, de facto, o caminho é mais difícil por serem mulheres ou é resultado da manutenção das extensões da sociedade patriarcal, a qual entrega o protagonismo do poder e, conseqüentemente, mediático ao homem?

“Sobre as mulheres, no comentário político quanto aos partidos, que cada um fale por si. O PCP, os seus dirigentes ou eleitos têm sido sistematicamente arredados destes espaços, tratando-se de homens ou de mulheres. Por exemplo, e ao contrário do que acontece com o PS, PSD, BE e CDS, não há qualquer dirigente ou eleito do PCP, passado ou presente, com presença em programas televisivos de comentário político. Não há falta de mulheres, indicadas pelo PCP com responsabilidades eleitas em cargos públicos (Presidente de Câmara, de Freguesia, Assembleias municipais, Parlamento Europeu e Assembleia da República), mas mais que isso há uma atuação do PCP ímpar em defesa dos direitos das mulheres, porque não lhes dão voz?”

6. Na sua opinião, de que forma se deve estimular e cultivar (através da comunicação ou outras) a ideia de que o papel da mulher é essencial no seio político e na sociedade democrático?

“No que concerne às mulheres na política em Portugal consideramos e articulamos diversas dimensões, sendo que uma delas é a relação entre o conteúdo das políticas que são realizadas e a sua estreita relação com a resolução ou persistência dos problemas com que as mulheres se confrontam enquanto trabalhadoras, mãe e cidadãs e como estas contribuem para alimentar ou para prevenir e combater, do ponto de vista económico, social e cultural, práticas discriminatórias.

A nossa avaliação das políticas realizadas ao longo das últimas décadas por sucessivos governos é negativa já que são políticas que se traduzem no agravamento das condições de vida e de trabalho da larga maioria das mulheres, pela dupla exploração laboral, pela persistência das desigualdades e violências que continuam a pesar nas suas vidas enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães.”

7. As evidências mundiais levam-nos a colocar como hipótese que a baixa presença da mulher no comentário político mediático está ligada ao baixo protagonismo de mulheres nos partidos com assento parlamentar. Neste sentido, devem as mulheres eleitas por estes partidos atuar mais estrategicamente na procura de presença mediática?

“O discurso político de mulheres e homens que assumem responsabilidades governativas pauta-se pela promoção de uma igualdade entendida no plano formal e jurídico, sem que tenha tradução concreta na vida das mulheres. Da nossa parte defendemos a igualdade das mulheres, na lei e na vida. A importância que atribuímos à participação das mulheres na vida política e cívica, nas suas múltiplas dimensões

organizativas, é porque desempenham um papel insubstituível no aprofundamento da democracia. Ou seja, consideramos fundamental a participação das mulheres, tal como na organização dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos, na defesa dos direitos específicos em organizações de mulheres, mas igualmente em organizações estudantis, coletividades de cultura e recreio entre muitas outras.”